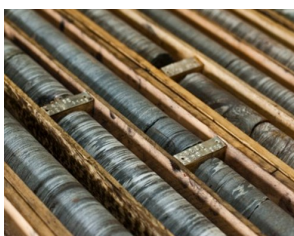


# Relatório de Administração — 2022 & 4T 2022



Rio de Janeiro, 31 de Março de 2023. A Administração da MLog S.A. (“MLog” ou “Companhia”), em conjunto com suas subsidiárias diretas ou indiretas Morro do Pilar (“MOPI”, Projeto de Minério de Ferro), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (“CDNC”, Projeto Distrito Industrial e Porto Múltiplo em Linhares), Asgaard Bourbon Navegação (“ABN”, Companhia de Navegação de Apoio Marítimo), CNA – Companhia de Navegação da Amazônia (“CNA”, Companhia de Navegação Fluvial) e NSN - Nova Sociedade de Navegação (“NSN”), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, todos referentes ao ano de 2022, encerrado em 31 de dezembro de 2022. Todos os valores mencionados neste relatório, referentes às Demonstrações Financeiras da Companhia, são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



## Destaques do 4T 2022

### • Navegação

#### *Operação*

#### • Offshore

- ◇ Operacionalidade da frota própria de 91,9% no trimestre, acima da observada nos trimestres anteriores e no mesmo período de 2021 (78,3%), que foi impactado por docagens.
- ◇ Receita de R\$ 44.673 mil no trimestre, acima da realizada no mesmo período do ano passado (R\$28.606 mil), consequência do maior número de embarcações em operação e melhor operacionalidade realizada.

#### • Interior

- ◇ Receita de R\$ 15.765 mil no trimestre, acima da observada no mesmo período do ano passado (R\$ 14.372 mil).

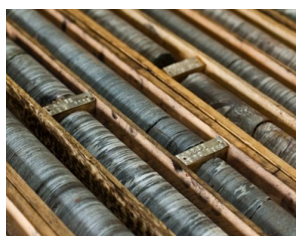
### • Mineração

#### *Licenciamento*

- Evolução dos trabalhos e estudos relacionados ao licenciamento ambiental do Projeto MOPI, embora o progresso tenha sido limitado pelas condições político-eleitorais.

## Mensagem da Administração

---



Com a evolução dos ativos de Navegação e Mineração da Companhia, de forma a melhorar a compreensão de cada uma das atividades, passamos a reportar nos comentários consolidados dos Relatórios de Administração somente os movimentos estratégicos e atividades diretamente relacionadas à holding, com reporte mais detalhado das operações e números da Mineração e Navegação acontecendo nas seções deste Relatório dedicadas à cada uma das atividades.

Como parte dos esforços de estruturação destas atividades de Navegação e Mineração de forma segregada, foi criada a Nova Sociedade de Navegação S.A., companhia totalmente detida pela Mlog, que passará a concentrar todos os ativos, passivos e negócios relacionados à Navegação. Esta nova organização possibilitará à Companhia otimizar a gestão de sua estrutura de capital, incluindo acesso a linhas de financiamento e, eventualmente, de capital.

Em 16 de Janeiro de 2023, a NSN obteve da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) o registro na categoria B, estando apta desde então a emitir títulos de dívida em ofertas públicas.

A Companhia mantém esforços para o alongamento de suas dívidas, já tendo alongado os passivos originários da aquisição da CNA e também a dívida com o BNDES. Porém, uma parcela das mesmas tem vencimento de curto prazo, impactando nosso fluxo de caixa e capacidade de crescimento.

Com a maior parte de seus ativos em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, a MLog encerrou o ano de 2022 com volume consolidado de ativos circulantes menor do que o de passivos circulantes.

A capacidade da Companhia em combinar o levantamento de capital adicional para adequação de seu fluxo de caixa e de executar seu plano de negócios, com foco na geração de caixa de suas atividades de navegação (incluindo a anunciada operação com a Bourbon) e a conversão de AFRMM em caixa livre são importantes para que suas atividades operacionais e pré-operacionais consolidadas não sejam comprometidas.

## Navegação Offshore

### Destaques operacionais



A companhia tem hoje cinco embarcações operacionais e contratadas à Petrobras.



### Operação das embarcações

No quarto trimestre de 2022 tivemos a maior operacionalidade do ano para nossa frota própria, com consequente impacto positivo no resultado.

Com o avanço da vacinação e normalização das operações, não observamos custos relevantes com quarentena de pessoal relacionados à COVID-19 desde agosto de 2022.

Conforme mencionado no relatório anterior, no final do terceiro trimestre de 2022 a Asgaard Bourbon venceu novo certame da Petrobras, desta vez para a embarcação Haroldo Ramos. Este leilão previa a contratação firme por período de 4 anos.

O contrato atual se encerrará em abril de 2023, após pedido de extensão de 60 dias pela Petrobras.

O novo contrato já foi formalizado e deverá ser iniciado no 3T 2023, após sua docagem e certas melhorias técnicas, especialmente em seu sistema de posicionamento dinâmico (DP).



### Operacionalidade e Receita Líquida (R\$ '000)



## Navegação Offshore

### Backlog atual de contratos

O backlog de contratos firmes da nossa atividade de navegação é demonstrado na tabela abaixo.



Backlog atual de contratos				
Embarcação	Tipo Embarcação	Início do Contrato <sup>1</sup>	Término do Contrato Firme <sup>2</sup>	Backlog (R\$ 000) <sup>3</sup>
Asgaard Sophia	OSRV	set-21	set-24	39.227
Geoniso Barroso	AHTS	jul-21	jan-25	84.757
Yvan Barreto	AHTS	nov-21	abr-25	96.979
Haroldo Ramos	AHTS	fev-19	abr-23	12.139
Haroldo Ramos <sup>4</sup>	AHTS	jul-23	jul-27	269.949
Stim Star Arabian Gulf	WSSV	dez-21	dez-24	157.491
<b>Total<sup>5</sup></b>				<b>660.542</b>

1- Foi considerado como início dos contratos a data efetiva de seu início, quando já realizada, ou estimada, quando futura.

2- O período firme de contrato equivale ao prazo mínimo garantido dos mesmos. Nossos contratos incluem períodos adicionais de renovação em caso de acordo mútuo entre as partes, não considerados no Backlog.

3- O valor do backlog considera a taxa de câmbio de fechamento em 31 de dezembro de 2022, de R\$5,4773, para conversão dos valores em US\$ para R\$. Em média, nossos contratos têm 60% de seu valor em US\$ e 40% em R\$.

4—No final do 3º trimestre de 2023 a Asgaard Bourbon venceu novo certame da Petrobras para a embarcação Haroldo Ramos. Dado que o contrato já foi assinado, passamos a incluir toda a contribuição da renovação no Backlog, assim como a contribuição final do contrato vigente.

5- A embarcação BE808 teve sua entrega cancelada pela Companhia, após impossibilidade de acordo com a Petrobras.

## Navegação Offshore

### Principais tipos de embarcações Offshore



- *Platform Supply Vessel (PSV)*, embarcações capazes de transportar cargas líquidas e sólidas entre a costa e as plataformas e vice-versa.
- *ROV Supply Vessel (RSV)*, embarcações especializadas ou preparadas para operação de um ou mais ROV (Remote Operate Vehicle).
- *Multi-purpose Platform Supply Vessel (MPSV)*, embarcações multipropósito, capazes de transportar cargas líquidas e sólidas, capacidade de acomodação de pessoal acima dos PSVs, além da capacidade de outras operações, incluindo ROVs.
- *Anchor Handling Tug Supply (AHTS)*, embarcações capazes de ancorar e rebocar plataformas, guindastes e outras embarcações.
- *Oil Recovery Supply Vessel (OSRV)*, embarcações que contam com equipamentos de combate a incêndio e recolhimento de óleo no mar.
- *Well Stimulation Supply Vessel (WSSV)*, embarcações cujos equipamentos são capazes de intervir e estimular poços de petróleo, visando a melhora da recuperação de óleo.
- *Dive Support Vessel (DSV)*, embarcações equipada para atividades que envolvam mergulhadores.
- *Construction Support Vessel (CSV)*, embarcações equipadas para atividades de construção e instalação submarinas, geralmente incluindo utilização de ROV e mergulhadores.

### Overview Regulatório do Mercado Brasileiro

- *Empresa Brasileira de Navegação (EBN)* é uma entidade autorizada pelos órgãos reguladores (ANTAQ) à operar em alguma ou diversas atividades de navegação no Brasil. Para ser uma EBN, a empresa precisa ser brasileira (mesmo que seu capital seja detido por estrangeiros) e possuir pelo menos uma embarcação de bandeira brasileira operando regularmente.
- *Registro Especial Brasileiro (REB)* é um regime exclusivo à embarcações de bandeira brasileira, operadas por empresas brasileiras de navegação. Podem ser registradas no REB embarcações construídas no Brasil, importadas (com pagamento devido de impostos) ou estrangeiras, com suspensão temporária da bandeira original. Neste último caso, o registro depende da disponibilidade de tonelage de embarcações brasileiras pela EBN operadora (Artigo 10 da lei 9.432, de 8 de janeiro de 1997)
- *Principais tipos de Afretamento*
  - Afretamento a casco nu (ou bareboat)*: afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação;
  - Afretamento por tempo (ou time charter)*: afretador recebe a embarcação armada e tripulada, ou parte dela, para operá-la.

## Navegação do Interior e Cabotagem

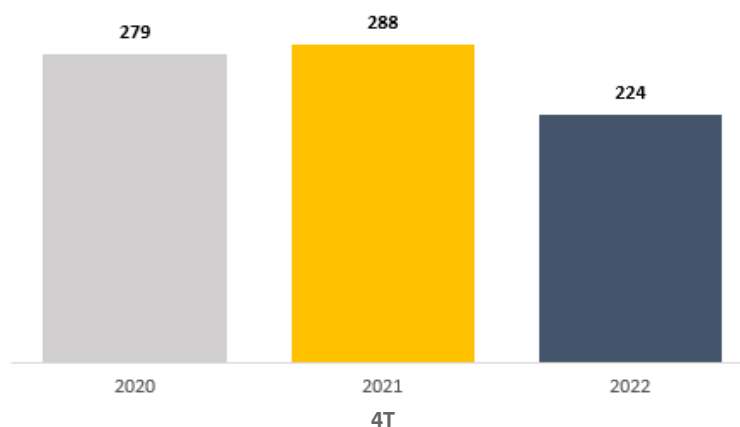


### Destaques operacionais

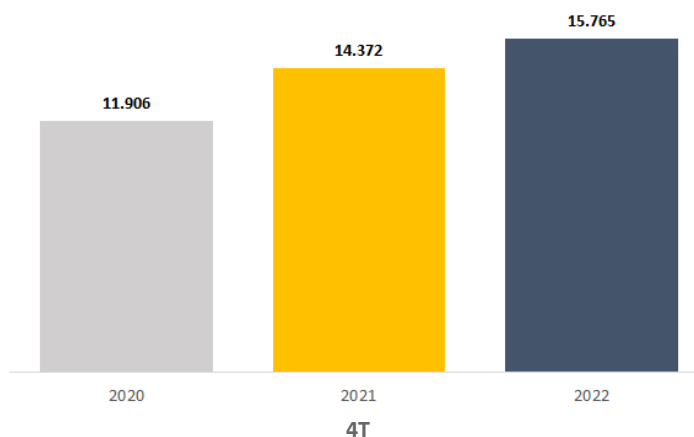
#### Volume e Receita Líquida

- O quarto trimestre de 2022 apresentou redução no volume transportado em relação ao mesmo período de 2021 e 2020. A maior parte da oscilação está relacionada à alteração no mix das rotas.
- Em função de reajustes nos preços e das referidas mudanças no mix das rotas da companhia, a receita líquida da companhia apresentou aumento de 16% se comparada ao mesmo período de 2021 e 40%, se comparada ao mesmo período de 2020.

Volume Transportado (´000 m<sup>3</sup>)



Receita Líquida (BRL ´000)



## Navegação do Interior e Cabotagem



### **Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”)**

Parte importante do resultado da CNA é o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”), regulado principalmente pela Lei 10.893 de 2004, alterada pela Lei 14.301 de 2022 . O AFRMM é um tributo federal incidente sobre o frete marítimo que tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (“FMM”).

As alíquotas do AFRMM variam de acordo com o tipo de produto, transporte e região de origem ou destino. Na atividade de transporte fluvial de granéis líquidos na região Norte, a alíquota incidente de AFRMM é de 40% sobre o preço do frete. O adicional de frete gerado pelos serviços prestados pela CNA é posteriormente creditado em uma conta vinculada da empresa junto ao Banco do Brasil .

A Lei 14.301, de 7 de janeiro de 2022 (BR do Mar) estabeleceu um novo marco regulatório para a cabotagem no Brasil com diferentes inovações e alternativas de atuação dentro do setor de navegação. Algumas das mais relevantes alterações da BR do Mar estão relacionadas aos procedimentos e regras para utilização dos recursos arrecadados pelo AFRMM.

Por um lado, tornaram-se mais restritas as possibilidades de utilização de recursos financeiros do AFRMM em aquisições ou construções de embarcações, sendo que os créditos poderão ser utilizados para aquisições ou construções de embarcações do mesmo tipo que originou os recursos financeiros de AFRMM depositados na conta vinculada da Empresa Brasileira de Navegação (“EBN”).

Por outro lado, a Lei da Cabotagem passa a permitir novas possibilidades de utilização dos recursos do AFRMM, como (i) serviços de manutenção e revisão por empresas especializadas, possibilidade que antes era restrita a estaleiros; (ii) reembolsos anuais dos valores relativos a seguros e resseguros contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas; (iii) pagamento de afretamentos, dentre outros.

## Navegação do Interior e Cabotagem



Assim sendo, das possibilidades disponíveis para que a CNA se utilize dos recursos arrecadados pelo AFRMM, elencamos as seguintes:

- i) para construção ou aquisição de embarcações novas, produzidas em estaleiros brasileiros;
- ii) para jumborização, conversão, modernização, docagem, manutenção, revisão e reparação de embarcação própria ou afretada, inclusive para aquisição e/ou instalação de equipamentos, nacionais ou importados, quando realizada por estaleiro ou empresa especializada brasileira, sendo responsabilidade da empresa proprietária ou afretadora adquirir e contratar os serviços;
- iii) para pagamento do valor total do afretamento de embarcações utilizadas, desde que tal embarcação seja de propriedade de uma empresa brasileira de investimento na navegação e tenha sido construída no País;
- iv) para manutenção, em todas as suas categorias, realizada por estaleiro brasileiro, por empresa especializada ou pela empresa proprietária ou afretadora, em embarcação própria ou afretada;
- v) para garantia à construção de embarcação em estaleiro brasileiro;
- vi) para reembolso anual dos valores pagos a título de prêmio e encargos de seguro e resseguro contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas.

Ressaltamos que o procedimento para utilização dos recursos para os itens (i), (ii) e (iv) já estão operacionais por parte do BNDES, agente financeiro responsável por autorizar a movimentação de contas vinculadas. A Companhia aguarda a regulamentação dos demais itens para então avaliar o impacto total trazido pela Lei 14.301 tanto no que se constituiu como restrição — especialmente a impossibilidade de utilização dos créditos por coligadas em navegação diversa da geradora do recurso — quanto nas suas adições.



## Navegação do Interior e Cabotagem



A contabilização do AFRMM segue as regras do CPC 07 (IAS 20). Quando o serviço de frete é finalizado, o valor a receber de AFRMM é reconhecido simultaneamente no ativo de longo prazo e no passivo não circulante, como receita diferida, não impactando, no momento inicial, o resultado da CNA. Atualmente, em um prazo médio aproximado de 90 a 120 dias, este crédito do AFRMM é depositado na conta vinculada da CNA junto ao Banco do Brasil. Neste momento o AFRMM passa a estar disponível para uso conforme o permitido.

Quando o AFRMM é utilizado, o passivo não circulante que foi contrapartida de seu lançamento e a receita passam a ser afetados como segue:

Se a companhia utiliza R\$100 para a compra de uma embarcação que será depreciada em 20 anos, seu balanço passará a indicar no imobilizado o valor inicial de R\$100 e o passivo continuará apresentando valor também de R\$100 como receita diferida de AFRMM.

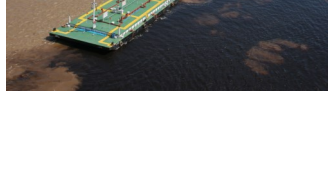
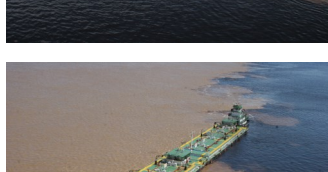
Depois do primeiro ano de uso da embarcação, o ativo imobilizado indicará R\$95 (R\$100 – R\$5 de depreciação). O passivo será também reduzido no mesmo montante da depreciação, passando a marcar R\$95. Em contrapartida à esta redução do passivo, será lançado no resultado o valor de R\$5 como Receitas de Subvenção—AFRMM.

Ou seja, embora o efeito caixa da utilização do AFRMM ocorra em aproximadamente 30 meses e sua utilização não gere um passivo financeiro para a companhia, o lançamento dos valores deste benefício econômico aos acionistas se dá, contabilmente, ao longo da vida útil do ativo.

# Relatório de Administração — 2022 & 4T 2022



## Navegação (Offshore + Cabotagem)



DRE Acumulado - 3 Meses (4T 22)	Navegação	AHTS BOM <sup>1</sup>	Combinado
<b>Receita Líquida</b>	<b>60.438</b>	<b>0</b>	<b>60.438</b>
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	-43.470	0	-43.470
(-) G&A	-5.624	0	-5.624
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	10.683		10.683
<b>EBITDA</b>	<b>22.027</b>	<b>0</b>	<b>22.027</b>
(+) Novo AFRMM Gerado	5.812	0	5.812
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-3.735	0	-3.735
(+/-) Não Recorrente <sup>2</sup>	-2.888	0	-2.888
<b>EBITDA Ajustado<sup>3</sup></b>	<b>21.216</b>	<b>0</b>	<b>21.216</b>

1- Em 30 de dezembro de 2021, a Asgaard Bourbon recebeu em cessão o contrato da embarcação Haroldo Ramos, até então contratada pela Bourbon junto à Petrobras. Com este evento, todas as embarcações passaram a ser operadas pela Asgaard Bourbon e, logo, seus resultados passaram a constar nas informações financeiras consolidadas da MLog.

2- Conforme nota explicativa 9, foi considerado em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 um aumento no valor recuperável da CNA da ordem de R\$3.000.

3- Métrica de EBITDA Ajustado não revisada pelos auditores independentes.

## MOPI - Projeto Morro do Pilar



### **Destaques operacionais**

O Projeto MOPI está localizado em uma das zonas menos densamente populadas da região ferrífera de Minas Gerais e as características naturais do rejeito de nosso processo produtivo favorecem a adoção de soluções tecnológicas mais seguras a custos competitivos. Por estes fatores, entendemos que as alterações regulatórias, embora signifiquem maior investimento em estudos, são positivas para o Projeto MOPI.

Após protocolo do requerimento da Licença de Instalação (“LI”) do Projeto MOPI, realizado em agosto de 2019 e atualizado em 2021, e dado o ciclo atual de preço de minério de ferro, que se encontra próximo às máximas históricas, a Companhia modificou sua alternativa de implantação para uma baseada no desenvolvimento faseado do Projeto MOPI. Esta alternativa reduzirá o volume inicial de investimento necessário, acelerando a entrada em operação do projeto, conforme explicado a seguir.



### **Logística das Fases 2 e 3 do Projeto Morro do Pilar**

Em 30 de agosto de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.065, alterando o marco regulatório ferroviário com a criação da possibilidade de construção de ferrovias ou trechos ferroviários mediante autorização, sem a necessidade de concessão.

Aproveitando esta oportunidade, a MOPI requisitou o pedido de autorização de dois trechos ferroviários relacionados às Fases 2 e 3 do nosso projeto, o primeiro ligando a MOPI à Estrada de Ferro Vitória Minas - EFVM e outro ligando a EFVM ao nosso terreno em Linhares (ES), servindo como potencial alternativa portuária.

Além dos pedidos feitos pela MOPI, (i) a MRS Logística, uma das maiores operadoras ferroviárias do país, requisitou autorização para um trecho ligando a atual malha da MRS ao município de Conceição do Mato Dentro, limítrofe ao nosso projeto e (ii) a Vale, concessionária da EFVM, solicitou um trecho ligando a EFVM à Serra da Serpentina, que fica ao lado da MOPI. Os dois pedidos acima poderiam atender ao escoamento da produção da MOPI.



### **Projeto Direct Shipping Ore - DSO (Fase 1 do Projeto Morro do Pilar)**

**Licenciamento Ambiental**— Como o Projeto DSO está localizado na mesma Área Diretamente Afetada (ADA) e seu volume de recursos já era parte do Projeto MOPI, o processo de licenciamento avançará com o atual pedido da LI para o projeto como um todo. Após a emissão da LI e instalação da planta do DSO, a Companhia solicitará uma Licença de Operação (LO) parcial do DSO. A implantação das estruturas e da planta de beneficiamento das fases seguintes do Projeto MOPI já estarão autorizadas por esta LI e serão alvo então de futuros pedidos de LO.

## MOPI - Projeto Morro do Pilar



### Projeto Direct Shipping Ore - DSO (Fase 1 do Projeto Morro do Pilar)

#### Recursos

O projeto DSO está baseado na operação de recursos minerários certificados pela SRK em 2014. Este relatório da SRK certificou um total de 1,6 bilhão de toneladas de recursos do Projeto Morro do Pilar, sendo 1,33 bilhão de toneladas de recursos medidos e indicados e 0,31 bilhão de toneladas de recursos inferidos seguindo os padrões do Canadian Institute of Mining, Metallurgy and Petroleum (CIM) de 27 de novembro de 2010 e o Canadian National Instrument Form 43-101F (Form NI 43-101F).

Deste total, 20 milhões de toneladas dos recursos são de formação caracterizada como hematita, com teor de ferro natural (ROM) de 63%, conforme tabela abaixo. Além destes recursos, a área também contém aproximadamente 10 milhões de toneladas de canga, que potencialmente poderão ser convertidas em produto com qualidade satisfatória.



Lito	Massa (Mt)	% Fe	% SiO <sub>2</sub>	% Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	% Lol
HEM	4.0	64.7	4.3	1.96	0.94
HEM	16.7	62.8	6.8	2.06	1.11
<b>Total DSO</b>	<b>20.7</b>	<b>63.1</b>	<b>6.33</b>	<b>2.04</b>	<b>1.08</b>

#### Volume de produção e produto

O volume de produção planejado para o Projeto DSO é de até 5 milhões de toneladas por ano de produto final, minério de ferro fino, com teor de 63% de Fe.

#### Logística

A logística de escoamento para venda deste produto será rodoviária até Itabira (MG), Ipatinga ou através da ferrovia MRS, onde o produto será vendido ou transportado para exportação.

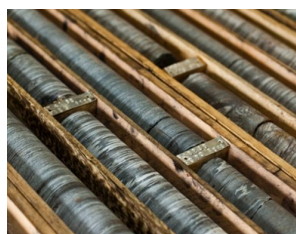
#### Investimento (Capex)

O Capex estimado pela Companhia para a implantação completa do Projeto DSO é de aproximadamente US\$40 milhões, podendo sofrer reduções caso a Companhia opte pelo aluguel de parte da estrutura.

## Relatório de Administração — 2022 &amp; 4T 2022



## Resumo Financeiro



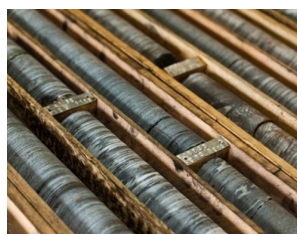
DRE - 4T 2022 (3 meses)	Navegação	Mineração	Consolidado
<b>Receita Líquida</b>	<b>60.438</b>	<b>0</b>	<b>60.438</b>
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	-43.470	0	-43.470
(-) G&A	-5.624	-4.139	<b>-9.763</b>
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	10.683	19.130	<b>29.813</b>
<b>EBITDA</b>	<b>22.027</b>	<b>14.991</b>	<b>37.018</b>
(+) Novo AFRMM Gerado	5.812	0	5.812
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-3.735	0	-3.735
(+/-) Não Recorrente	-2.888	-18.984	-21.872
<b>EBITDA Ajustado<sup>1</sup></b>	<b>21.216</b>	<b>-3.993</b>	<b>17.223</b>
Depreciação/Amortização			<b>-8.926</b>
(-) Novo AFRMM Gerado			<b>-5.812</b>
Receitas Financeiras			<b>-1.966</b>
Despesas Financeiras			<b>-6.277</b>
Variação Cambial			<b>3.341</b>
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)			<b>3.735</b>
(+/-) Não Recorrente			<b>21.872</b>
Impostos			<b>2.375</b>
<b>Resultado Líquido</b>			<b>25.565</b>

A atividade de Navegação inclui as operações de navegação da Controladora, além das investidas CNA e Asgaard, enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI, Dutovias e CDNC.

## Relatório de Administração — 2022 &amp; 4T 2022



## Resumo Financeiro

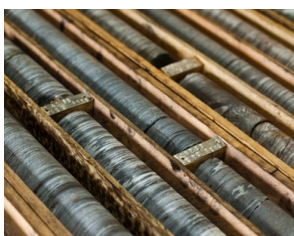


DRE - 4T 2022 (12 meses)	Navegação	Mineração	Consolidado
<b>Receita Líquida</b>	<b>235.259</b>	-	<b>235.259</b>
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	-194.344	-	-194.344
(-) G&A	-19.184	-14.563	<b>-33.747</b>
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	22.446	-47.170	<b>-24.724</b>
<b>EBITDA</b>	<b>44.177</b>	<b>-61.733</b>	<b>-17.556</b>
(+) Novo AFRMM Gerado	22.666	-	22.666
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-14.252	-	-14.252
(+/-) Não Recorrente	-4.992	48.410	43.418
<b>EBITDA Ajustado<sup>1</sup></b>	<b>47.599</b>	<b>-13.323</b>	<b>34.276</b>
Depreciação/Amortização			<b>-34.077</b>
(-) Novo AFRMM Gerado			<b>-22.666</b>
Receitas Financeiras			<b>3.123</b>
Despesas Financeiras			<b>-31.870</b>
Variação Cambial			<b>6.550</b>
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)			<b>14.252</b>
(+/-) Não Recorrente			<b>-43.418</b>
Impostos			<b>-435</b>
<b>Resultado Líquido</b>			<b>-74.265</b>

A atividade de Navegação inclui as operações de navegação da Controladora, além das investidas CNA e Asgaard, enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI, Dutovias e CDNC.

1– Métrica de EBITDA Ajustado não revisada pelos auditores independentes.

## Informações Financeiras Consolidadas



### **Receita Líquida**

A Companhia apresentou Receita Líquida Consolidada de **R\$60.438** no quarto trimestre de 2022, totalizando **R\$235.259** no acumulado de 2022. A atividade de Navegação apresentou alta da receita na comparação com o mesmo período de 2021, com o aumento causado principalmente pela receita das embarcações AHTS compradas da BOM e entrada em operação do WSSV Stim Star Arabian Gulf. Em dezembro de 2021 foi realizada a última transferência contratual da BOM para a Asgaard Bourbon e, logo, em 2022 tivemos toda Receita Líquida e resultados das embarcações AHTS contabilizadas da Companhia e suas subsidiárias.

### **Resultado do Exercício**

A Companhia apresentou lucro consolidado de R\$25.565 no quarto trimestre de 2022 e prejuízo acumulado de R\$ 74.265 em 2022. No ano, as principais contribuições para o resultado negativo observado foram as despesas financeiras e a baixa no 1T referente aos juros acumulados da dívida da Maverick Holding com a Companhia desde o desfazimento da operação da Marsil conforme nota explicativa 1.

### **Caixa e Equivalentes de Caixa**

A Companhia encerrou o quarto trimestre de 2022 com posição consolidada em caixa de R\$2.282.

### **Compromissos Assumidos com a Operação da BOM**

A Companhia assumiu o endividamento com o BNDES das embarcações AHTS compradas da BOM em 30 de dezembro de 2020. Este empréstimo totalizava R\$48.671 em 31 de dezembro de 2022.

### **Empréstimos e Financiamentos**

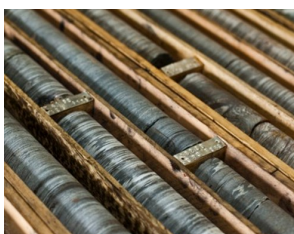
A Companhia encerrou o trimestre com o total de empréstimos e financiamentos de R\$74.342. Deste total, R\$48.671 são referentes ao endividamento com o BNDES, assumido como parte da operação de aquisição dos AHTS da BOM.

Além dos empréstimos bancários, a Companhia tem ainda passivo com partes relacionadas de R\$41.465 e as Obrigações por Aquisição de Investimentos de R\$59.682, explicadas a seguir.

### **Embarcações Afretadas e Arrendamentos a pagar**

Em face das alterações no CPC 06 (IFRS 16), conforme Notas Explicativas, a Companhia passou a reconhecer certos contratos de afretamento e arrendamento como ativos e passivos. No final do 4T de 2022, a Companhia apresentava ativo não circulante de R\$17.430 relacionado à Embarcações Afretadas, Passivo Circulante de R\$9.373 e Não Circulante de R\$9.343 de Afretamentos a Pagar.

## Informações Financeiras Consolidadas



### **Obrigações por Aquisição de Investimentos**

Os valores a pagar originalmente referentes à aquisição da CNA são contabilizados como Obrigações por Aquisição de Investimentos.

Em 26 de dezembro de 2019, conforme Plano de Recuperação Judicial aprovado, o Grupo Libra efetuou dação em pagamento aos seus credores originais destas Obrigações na Aquisição de Investimentos devidas pela MLog. Com a conclusão desta dação, os credores originários do Grupo Libra passaram a ser credores destas Obrigações.

O Fundo de Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (FIDC Atacado), na qualidade de cessionário e sucessor processual do Banco Santander, era detentor de 26,3% do total dos créditos. Em março de 2020, o FIDC Atacado cedeu a totalidade de seus direitos à Geribá Participações SPE-2 Ltda. (Geribá) e esta, em 30/10/2020 cedeu estes direitos à Rio Alva Participações S.A. (Rio Alva).

Nesta última data a Companhia e suas subsidiárias Asgaard e CNA realizaram um acordo de pagamento desta parcela do crédito que envolveu: (i) o pagamento de R\$3.000 na data da Confissão de Dívida; (ii) o pagamento de duas parcelas adicionais, vincendas em 2021, já quitadas, totalizando R\$3.000, além da dação em pagamento de cinco embarcações operacionais da CNA. A posse das referidas embarcações foi transferida à Rio Alva em 2021, estando ainda pendentes movimentos jurídicos para a transferência de suas efetivas propriedades.

Os bancos Bradesco (29,3%) e Itaú (36,5%) perfazem aproximadamente 65% do total dos créditos, com o restante aproximado de 8% do total pertencendo a diversos credores que originalmente eram debenturistas do Grupo Libra.

Conforme Fato Relevante divulgado em 22 de setembro de 2021, a Companhia firmou acordo com os bancos Itaú e Bradesco que incluem o alongamento e redução destes valores.

O total destas Obrigações por Aquisição de Investimentos totalizava R\$59.682 em 31 de dezembro de 2022.

### **Ativos e Passivos Circulantes**

Com a maior parte de seus ativos em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados a MOPI, os balanços patrimoniais da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2022 refletem passivos circulantes superiores aos ativos circulantes em R\$ 87.009 e R\$ 106.830, respectivamente (31 de dezembro de 2021 - R\$ 95.835 e R\$ 102.288, respectivamente). Adicionalmente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, refletem prejuízos acumulados de R\$ 410.506 (R\$ 338.287 em 31 de dezembro de 2021).

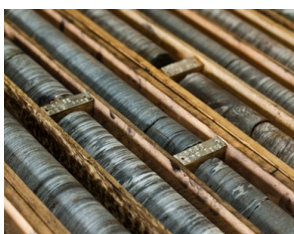
Esta circunstância está relacionada principalmente à parcela de curto prazo da dívida assumida junto ao BNDES e com partes relacionadas. Em 31 de janeiro de 2023, a Companhia formalizou acordo com o BNDES para alongamento do endividamento atual, reduzindo seu passivo circulante.

A capacidade da Companhia em combinar o levantamento de capital adicional, o alongamento das dívidas atuais e/ou de executar seu plano de negócios, com foco na geração de caixa de suas atividades de navegação (incluindo a anunciada operação com a BOM) e a conversão de AFRMM em caixa livre é importante para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Esses eventos e condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis, e (ii) no cumprimento com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.



## Informações Financeiras Consolidadas



### **Estrutura de Capital**

Desde 2016, quando seus ativos encontravam-se todos em fase pré-operacional, a Companhia vem realizando aumento de capacidade de geração de resultados operacionais recorrentes através da aquisição da CNA e da Operação BOM.

Como até 2020 a Companhia não contava com geração recorrente consolidada de resultado operacional e nem posição relevante em caixa, estes movimentos foram executados com assunção de compromissos de pagamento futuros.

A Companhia hoje tem passivo total de R\$502.100. Neste passivo estão incluídos R\$189.792 de Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM, que embora estejam reconhecidas no passivo, não representam obrigação de pagamento pela Companhia. A existência deste valor está relacionada à metodologia de contabilidade de subsídios governamentais, conforme determinado pelo CPC 07.

O valor do passivo total da Companhia, excluindo o valor de Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM, é de R\$312.308, equivalente a 25,7% do seu total de ativos e 43,8% do seu Patrimônio Líquido.

### **Mercado de Capitais e Governança Corporativa**

A MLog é uma companhia aberta, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho de Administração da Companhia, eleito na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 18 de julho de 2022, é composto atualmente por quatro membros, todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição. São atuais membros deste Conselho: Luiz Claudio Souza Alves, Presidente do Conselho de Administração, Álvaro Piquet, Otavio Paiva e Elias Nigri.

Em 2022, o Conselho de Administração da Companhia elegeu a Diretoria para um mandato a se encerrar após a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

A atual Diretoria é composta por Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda (Diretor Presidente e de Relações com Investidores), Luiz Claudio Souza Alves (Diretor Vice-Presidente) e Antonio Frias Oliva Neto (Diretor Financeiro).

### **Cláusula Compromissória**

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da CVM, nos regulamentos da BM&FBovespa, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

## Informações Financeiras Consolidadas



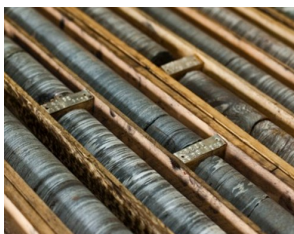
### Eventos Subsequentes

Em 02 de Janeiro de 2023 a Companhia criou, em conjunto com sua controlada NSN, uma Sociedade em Conta de Participação – SCP a qual a Companhia é a sócia ostensiva (e sua controlada a NSN é a sócia participante). A Companhia aportou na SCP a sua participação de 50% na ABN, a sua participação de 100% na CNA e os três barcos do tipo AHTS que possui, no entanto sem transferência de propriedade destes ativos.



Em 16 de janeiro de 2023 a controlada NSN obteve, junto à CVM, seu registro de Companhia de Capital Aberto “tipo B”, resultado da solicitação feita em 18 de outubro de 2022.

Em 31 de janeiro de 2023, foi assinado um aditivo ao instrumento de transação e outras avenças com a empresa Boa Sorte Ltda repactuando a dívida da Companhia. O valor atualizado do acordo ficou em R\$ 22.202 que serão pagas em 46 parcelas.



Em fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, nos termos do julgamento, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou e, desta forma, havendo alteração, a decisão anterior pode deixar de produzir efeitos. Tal precedente não traz consequências imediatas e relevantes para a Companhia e suas controladas, dado que não se utilizou de decisão transitada em julgado para deixar de recolher tributos de forma continuada.

Em 06 de fevereiro de 2023 foi proferida sentença julgando o processo extinto ajuizado pela MLog em face de Maverick Holding S.A. e Patricia Coelho em virtude do descumprimento da obrigação de integralização das ações de emissão da MLog subscritas pela Maverick Holding S.A. em operação de aumento de capital, tendo a Patricia Coelho como fiadora, em que pese o deferimento das consultas ao Bacenjud, Infojud e Renajud, em razão da existência de cláusula arbitral no Estatuto Social da MLog, com condenação de honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da causa. A MLog apresentou embargos de declaração, o qual teve o seu provimento negado por não ter sido considerada a via adequada para tal. A Companhia apresentará recurso para dar seguimento ao processo.

Em 10 de fevereiro de 2023, a ABN apresentou as alegações iniciais sobre o procedimento arbitral instaurado pela ABN em face da Petrobras, em razão da não entrega da embarcação BE 808 no prazo acordado contratualmente, tendo em vista a impossibilidade de acordo com a Petrobras

Em 23 de março de 2023, foi proferida decisão final sobre o processo administrativo do ICMBIO decidindo a improcedência do recurso apresentado, com a manutenção da multa originariamente aplicada no valor histórico de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). A Companhia poderá realizar o pagamento ou propor ação judicial em face da decisão administrativa.

## Mercado de Capitais e Governança Corporativa

---



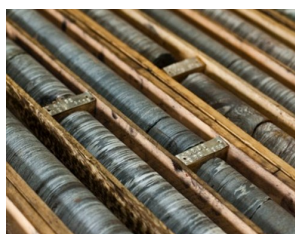
### **Auditorias Independentes**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 2003, a Companhia informa que desde o primeiro trimestre de 2022, a PwC Brasil presta serviços de auditoria externa para a Companhia relacionados ao exame de suas demonstrações financeiras.



Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

A Administração



### **Relações com Investidores**

Gustavo Barbeito  
CEO/IR Officer

Contato

[ri@mlog.com.br](mailto:ri@mlog.com.br)

Telefone: +55 21 3248 4800

[www.ir.mlog.com.br](http://www.ir.mlog.com.br)

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da **MLog S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Lauro Muller nº 116 sala 2601 e 2608, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.444.994/0001-87, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022, nos termos e para fins do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

**Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda**

Diretor Presidente

**Antonio Frias Oliva Neto**

Diretor Financeiro

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, na qualidade de diretores da **MLog S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Lauro Muller nº 116 sala 2601 e 2608, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.444.994/0001-87 que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022, nos termos e para fins do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

**Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda**

Diretor Presidente

**Antonio Frias Oliva Neto**

Diretor Financeiro

---

***MLog S.A.***  
***Demonstrações financeiras***  
***individuais e consolidadas em***  
***31 de dezembro de 2022***  
***e relatório do auditor independente***



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
MLog S.A.

### **Opinião com ressalva**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MLog S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da MLog S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MLog S.A. e da MLog S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião com ressalva**

---

Conforme mencionado na Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 16 de julho de 2019, por meio da celebração de um Instrumento Particular de Rescisão, a Companhia efetuou o distrato das obrigações assumidas na aquisição da empresa Mineração Marsil Eireli ("Marsil"), realizada em 25 de abril de 2018. Como resultado do distrato, (i) a Bocaiuva Participações S.A. ("Bocaiuva"), antiga proprietária da Marsil, deixou de ter participação societária indireta na Companhia, (ii) a Companhia transferiu a totalidade das quotas da Marsil para a Bocaiuva e (iii) a Maverick Holding S.A. ("Maverick Holding"), acionista controlador da MLog S.A., assumiu a obrigação de pagar à Companhia o valor de R\$ 50.000 mil, correspondente ao valor de transferência da Marsil, em até 30 dias e devidamente atualizado. Diante da celebração do distrato, a Companhia reconheceu um ativo representado pelo direito de receber do seu acionista Maverick Holding o valor de R\$ 50.000 mil, acrescido da variação do Índice Geral de Preços e Mercado (IGP-M) e de juros de 12% a.a., conforme previsto em seu estatuto social para os casos de inadimplência de integralização de capital social subscrito pelos seus acionistas, uma vez que o Instrumento Particular de Rescisão não especifica o critério dessa atualização. Em julho de 2020, a Companhia deu início a uma ação judicial para a cobrança do referido crédito contra o seu acionista controlador, sem decisão final até a presente data. Conforme também mencionado na Nota 1, durante o primeiro trimestre de 2022, a Companhia reavaliou essa transação de distrato e concluiu pela necessidade de (i) reclassificar o valor original a receber do seu acionista Maverick Holding para uma conta redutora dos saldos do patrimônio líquido e de (ii) constituir provisão para perdas na realização da parcela correspondente aos juros e atualização monetária.



MLog S.A.

No nosso entendimento, o reconhecimento inicial pela Companhia de um ativo financeiro representando o direito de crédito contra a Maverick Holding não refletiu a essência da operação de distrato acima referida. O direito de crédito contra a Maverick Holding, no valor original de R\$ 50.000 mil, deveria ter sido contabilizado no patrimônio líquido da Companhia, em conta redutora, refletindo a natureza de uma transação de retorno de capital (transação com proprietários). Adicionalmente, com relação ao ativo financeiro representado pelos encargos de juros e atualização monetária (IGP-M), que totalizam R\$ 66.174 mil em 31 de dezembro de 2022, registrados pela Companhia para fazer face à inadimplência da Maverick Holding, as incertezas decorrentes dos fatos (i) de que esses encargos não estão claramente definidos no Instrumento Particular de Rescisão e (ii) de não existir uma decisão definitiva sobre a ação de cobrança judicial impetrada pela Companhia, que poderia corroborar a incidência desses encargos, no nosso entendimento, indicavam a necessidade de constituição de provisão para ajuste ao valor recuperável (*impairment*) para a totalidade desse saldo em exercícios anteriores a 2021. Dessa forma, os ajustes efetuados pela Companhia no primeiro trimestre de 2022 deveriam ter sido realizados retrospectivamente, sem impactar o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, rerepresentando os valores comparativos dos períodos anteriores.

Consequentemente, o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (controladora e consolidado) está apresentado a maior em R\$ 48.359 mil (2021 – prejuízo a menor em R\$ 29.312 mil) e os saldos comparativos de partes relacionadas, no ativo não circulante, e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 (controladora e consolidado) estão apresentados a maior em R\$ 98.359 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

---

Chamamos a atenção para a Nota 2.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia e suas controladas apresentaram excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 87.009 mil na controladora e R\$ 106.830 mil no consolidado, bem como prejuízos acumulados de R\$ 410.506 mil na controladora e no consolidado. Essa situação, entre outras descritas na Nota 2.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.



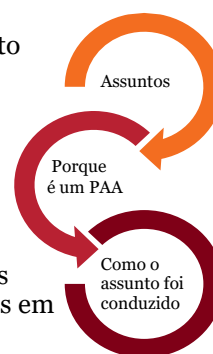


MLog S.A.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva", a Companhia efetuou ajustes em saldos a receber do acionista controlador, Maverick Holding, diretamente no resultado do exercício de 2022, quando deveriam ter sido realizados retrospectivamente, rerepresentando os valores comparativos do exercício de 2021. Concluimos que as outras informações apresentam distorção relevante, pela mesma razão e valores mencionados na seção "Base para opinião com ressalva".

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções "Base para opinião com ressalva" e "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.



#### Porque é um PAA

##### **Avaliação do valor recuperável do ágio fundamentado em rentabilidade futura (Nota 11)**

A Companhia possui saldo relevante de ágio fundamentado em rentabilidade futura. A avaliação do valor recuperável (teste de impairment) é realizada ao menos uma vez por ano por meio de uma estimativa dos fluxos de caixa futuros para a unidade geradora de caixa ("UGC") de navegação à qual o ágio se relaciona.

Esse teste envolve estimativas e julgamentos significativos, relacionados, entre outros, com projeções e premissas estabelecidas pela própria administração, bem como informações externas relacionadas a projeções econômicas. Variações nas principais premissas utilizadas podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável determinado, com o conseqüente impacto nas demonstrações financeiras.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável do ágio fundamentado em rentabilidade futura da Companhia.

Com o apoio de nossos especialistas em projeções financeiras, analisamos a razoabilidade das premissas significativas, tais como crescimento de receitas e taxa de desconto, utilizadas nas nas projeções de fluxo de caixa, comparando-as, quando disponíveis, com dados de mercado. Efetuamos, também, análise de sensibilidade das principais premissas.

Testamos a coerência lógica e aritmética das projeções, bem como confrontamos as principais premissas das projeções de caixa com orçamentos aprovados pela administração.

Por fim, efetuamos a leitura das divulgações sobre o



MLog S.A.

---

### Porque é um PAA

Em razão dos aspectos acima mencionados esse assunto foi considerado como um tema de foco em nossa auditoria.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

teste de *impairment* nas notas explicativas, discutindo e reportando ajustes considerados não relevantes pela administração.

Como resultado dos procedimentos descritos acima, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração na avaliação do valor recuperável do ágio são razoáveis e consistentes com as informações obtidas em nossos trabalhos.

---

### Outros assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro 2021 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 07 de junho de 2022, expressa uma opinião com ressalva devido à discordância com a administração quanto à capacidade de realização do saldo do contas a receber do seu acionista Maverick Holding, incluindo os juros e a atualização monetária, em decorrência dos termos estabelecidos no Instrumento Particular de Rescisão da Marsil.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



MLog S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



MLog S.A.


- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:

Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira

Signed By: ANIBAL MANOEL GONCALVES DE OLIVEIRA;85193950744

CPF: 85193950744

Signing Time: 31 de março de 2023 | 20:15 BRT



06993318940139D87DE3BE45917E57C

Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira  
Contador CRC 1RJ056588/O-4

**MLog S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro**  
*(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	14	18	2.282	1.410
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	5	-	-	1.856	-
Contas a receber de clientes	6	3.168	6.287	25.033	20.326
Adiantamentos a fornecedores		862	832	6.429	3.481
AFRMM para liberação	5	-	-	8.662	9.726
Estoques		-	-	766	368
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	88	1.313	12.314	3.529
Outros impostos a recuperar	7	-	-	3.180	1.036
Despesas antecipadas		260	277	1.020	986
Outros créditos		40	30	3.315	3.015
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.432</b>	<b>8.757</b>	<b>64.857</b>	<b>43.877</b>
<b>Não circulante</b>					
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	8	4.367	401	-	-
Depósitos judiciais		25	25	262	89
Partes relacionadas	13	24.871	99.271	1.545	99.671
Bloqueios judiciais		1	1	1	103
Retenções contratuais de clientes		-	-	4.134	-
Outros impostos a recuperar	7	-	-	5.729	5.512
Outras contas a receber		-	-	1.340	-
Tributos diferidos		-	-	-	170
Direitos na Transação Negocial	16	6.516	-	78	933
Investimentos	8	926.384	918.180	-	-
Imobilizado	9	117.005	127.320	283.392	298.837
Direito de uso	10	-	-	17.430	25.511
Intangível	11	135	-	835.002	810.306
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.079.304</b>	<b>1.145.198</b>	<b>1.148.913</b>	<b>1.241.132</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.083.736</b>	<b>1.153.955</b>	<b>1.213.770</b>	<b>1.285.009</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**MLog S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro**  
*(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	14	402	436	32.664	16.874
Empréstimo e financiamentos	15	18.898	42.175	36.143	47.434
Salários e encargos sociais		549	320	8.000	5.415
Arrendamentos a pagar	10	-	-	9.373	10.662
Partes relacionadas	13	41.223	39.579	41.223	39.579
Imposto de renda e contribuição social a recolher		394	319	4.256	2.081
Outros impostos a recolher		1.553	1.599	11.047	5.552
Tributos diferidos	12	455	888	455	888
Provisões para contingências trabalhista e operacionais	19	1.003	1.033	2.820	2.675
Obrigações na aquisição de investimentos	16	14.507	11.627	14.507	11.627
Acordos judiciais a pagar		7.641	-	7.641	-
Outras contas a pagar		4.816	6.616	3.558	3.378
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>91.441</b>	<b>104.592</b>	<b>171.687</b>	<b>146.165</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	14	-	-	1.487	-
Empréstimo e financiamentos	15	29.773	23.780	38.199	32.194
Arrendamentos a pagar	10	-	-	9.343	15.354
Partes relacionadas	13	183.127	133.561	242	11.253
Outros impostos a recolher		2.878	-	14.039	-
Adiantamentos diversos		-	-	538	-
Tributos diferidos	12	4.810	4.864	4.810	4.864
Provisão para passivo a descoberto	8	1.707	1.643	-	-
Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM	5	-	-	189.792	181.411
Obrigações na aquisição de investimentos	16	45.175	58.885	45.175	58.885
Acordos judiciais a pagar		14.561	-	14.561	-
Provisões para contingências trabalhista e operacionais	19	3.430	3.239	6.352	5.611
Outros passivos não circulantes		-	-	5.875	5.875
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>285.461</b>	<b>225.972</b>	<b>330.413</b>	<b>315.447</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	20				
Capital social		1.161.678	1.161.678	1.161.678	1.161.678
Resultados abrangentes		5.662	-	5.662	-
Dívidas de acionistas		(50.000)	-	(50.000)	-
Prejuízos acumulados		(410.506)	(338.287)	(410.506)	(338.287)
<b>Atribuível à participação dos acionistas controladores</b>		<b>706.834</b>	<b>823.391</b>	<b>706.834</b>	<b>823.391</b>
Participação de não controladores		-	-	4.836	6
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>706.834</b>	<b>823.391</b>	<b>711.670</b>	<b>823.397</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.083.736</b>	<b>1.153.955</b>	<b>1.213.770</b>	<b>1.285.009</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**MLog S.A.****Demonstrações dos resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro***(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por ação que está expresso em reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida de prestação de serviços	21	29.571	27.544	235.259	109.806
Custos dos serviços prestados	21	(31.889)	(8.322)	(228.009)	(103.875)
<b>Resultado bruto</b>		<b>(2.318)</b>	<b>19.222</b>	<b>7.250</b>	<b>5.931</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Com pessoal	27	(7.360)	(7.179)	(20.306)	(16.736)
Serviços prestados		(3.457)	(3.633)	(4.835)	(4.322)
Gerais e administrativas		(1.516)	(1.265)	(6.604)	(5.715)
Depreciação e amortização		(161)	(113)	(412)	(403)
Tributárias		(80)	(1.422)	(2.002)	(2.348)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>					
Equivalência patrimonial de sociedades	8	520	(30.735)	-	-
Subvenção de AFRMM	5	-	-	14.252	11.958
Reversão (redução) ao valor recuperável de ativos	9	-	-	2.888	(8.142)
Outras receitas (despesas) operacionais	28	(44.381)	24.221	(41.864)	18.316
		<b>(56.435)</b>	<b>(20.126)</b>	<b>(58.883)</b>	<b>(7.392)</b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(58.753)</b>	<b>(904)</b>	<b>(51.633)</b>	<b>(1.461)</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	22	7.356	25.657	9.673	26.491
Despesas financeiras	23	(21.309)	(22.976)	(31.870)	(25.035)
		<b>(13.953)</b>	<b>2.681</b>	<b>(22.197)</b>	<b>1.456</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(72.706)</b>	<b>1.777</b>	<b>(73.830)</b>	<b>(5)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes		-	-	(752)	(21)
Diferidos		487	(4.256)	317	(2.453)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(72.219)</b>	<b>(2.479)</b>	<b>(74.265)</b>	<b>(2.479)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>					
Acionistas controladores				(72.219)	(2.479)
Acionistas não controladores				(2.046)	-
				<b>(74.265)</b>	<b>(2.479)</b>
<b>Prejuízo por ação básico diluído</b>	20	<b>(24.91)</b>	<b>(0,85)</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**MLog S.A.****Demonstrações dos resultados abrangentes****Exercícios findos em 31 de dezembro***(Em milhares de reais)*

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Prejuízo do exercício	(72.219)	(2.479)	(74.265)	(2.479)
Outros resultados abrangentes	5.662	-	5.662	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(66.557)</b>	<b>(2.479)</b>	<b>(68.603)</b>	<b>(2.479)</b>
<b>Resultado abrangente atribuível a:</b>			(66.557)	(2.479)
Acionistas controladores			(2.046)	-
Acionistas não controladores			<b>(68.603)</b>	<b>(2.479)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



**MLog S.A.**
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
*(Em milhares de reais)*

	<b>Capital social</b>				<b>Dívida de acionista</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Resultados abrangentes</b>	<b>Participações de controladas</b>	<b>Total</b>
	<b>Subscrito</b>	<b>A integralizar</b>	<b>Reserva de capital</b>	<b>(-) Custo na captação de recursos</b>					
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.276.193</b>	<b>(85.262)</b>	<b>7.211</b>	<b>(36.464)</b>	-	<b>(335.808)</b>	-	<b>6</b>	<b>825.876</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.479)	-	-	(2.479)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.276.193</b>	<b>(85.262)</b>	<b>7.211</b>	<b>(36.464)</b>	-	<b>(338.287)</b>	-	<b>6</b>	<b>823.397</b>
Dívida de controlador <sup>1</sup>	-	-	-	-	(50.000)	-	-	-	(50.000)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(72.219)	-	(2.046)	(74.265)
Variações patrimoniais em controladas	-	-	-	-	-	-	5.662	-	5.662
Efeito de redução de capital de controlada	-	-	-	-	-	-	-	6.876	6.876
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.276.193</b>	<b>(85.262)</b>	<b>7.211</b>	<b>(36.464)</b>	<b>(50.000)</b>	<b>(410.506)</b>	<b>5.662</b>	<b>4.836</b>	<b>711.670</b>

<sup>1</sup> - Referente à reclassificação descrita na Nota Explicativa 1.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**MLog S.A.****Demonstrações do fluxo de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
Prejuízo do exercício		(72.219)	(2.479)	(74.265)	(2.479)
<b>Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>					
Depreciação e amortização	21	13.693	8.435	25.958	22.528
Amortização de embarcações afretadas		-	-	9.688	729
Juros sobre embarcações afretadas	10	-	-	2.891	309
Baixa de imobilizado e intangível	9	-	4	296	12.564
Reversão (redução) ao valor recuperável de ativos	9	-	-	(2.888)	8.142
Receita de subvenção de AFRMM	5	-	-	(14.252)	(11.958)
Reversão PCLD		(1.154)	-	(1.154)	-
PCLD - AFRMM a receber		-	-	1.676	-
Juros passivos		13.906	13.474	15.923	15.396
Juros ativos	13	-	(25.011)	-	(25.011)
Ajuste de contraprestação contingente	16	-	42	-	42
Juros com partes relacionadas		5.669	2.207	3.895	586
Constituição (reversão) de provisão		48.522	-	48.522	-
Variação cambial		(6.550)	4.542	(8.778)	4.030
Resultado de equivalência patrimonial	8	(520)	30.735	-	-
Remissão de dívida	16	(2.104)	(26.997)	(2.104)	(26.997)
Tributos e contribuições diferidos		(487)	4.256	(317)	2.453
		<b>(1.244)</b>	<b>9.208</b>	<b>5.091</b>	<b>334</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Outras contas a receber		-	-	(1.356)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos		-	(1.296)	-	(1.296)
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar		1.224	(1)	(14.788)	(1.326)
Estoques		-	-	(398)	(81)
Despesas antecipadas		16	(3)	(35)	(130)
Outros créditos		1.143	(13)	841	529
Contas a receber de clientes		3.119	(1.519)	(3.158)	(14.488)
Adiantamentos à fornecedores		(29)	883	(2.952)	(1.458)
AFRMM		-	-	20.199	19.148
Depósitos Judiciais		-	458	(173)	409
Bloqueios Judiciais		-	2	102	22
Fornecedores		(34)	126	17.044	10.874
Salário e encargos sociais		229	283	2.585	2.580
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recolher		2.909	1.630	21.751	3.228
Juros de empréstimos bancários pagos		-	-	-	(1.922)
Adiantamentos diversos		-	-	538	-
Outras contas a pagar		4.507	(99)	647	413
Provisões		(4)	2.405	1.575	6.441
		<b>13.080</b>	<b>2.856</b>	<b>42.422</b>	<b>22.943</b>
<b>Caixa líquidos gerados das atividades operacionais</b>		<b>11.836</b>	<b>12.064</b>	<b>47.513</b>	<b>23.277</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Adiantamento para futuro aumento de capital		(4.146)	(4.336)	-	-
Aquisições de imobilizado		(3.121)	(1.509)	(7.518)	(35.782)
Aquisição de Intangível		-	-	(2.837)	(3.796)
<b>Caixa líquidos utilizados nas atividades de investimentos</b>		<b>(7.267)</b>	<b>(5.845)</b>	<b>(10.355)</b>	<b>(39.578)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(19.086)	(23.785)	(49.060)	(31.925)
Pagamento de arrendamento	10	-	-	(10.065)	-
Amortização da dívida na aquisição de investimentos		(16.713)	(9.152)	(16.713)	(10.652)
Partes relacionadas - concedidos		(32.436)	(66.722)	(6.640)	(31.341)
Partes relacionadas - recebidos		63.662	93.446	6.236	74.988
Recursos provenientes de novos empréstimos		-	-	39.955	1.793
Integralização de capital		-	-	1	-
<b>Caixa líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos</b>		<b>(4.573)</b>	<b>(6.213)</b>	<b>(36.286)</b>	<b>2.863</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(4)</b>	<b>6</b>	<b>872</b>	<b>(13.438)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>18</b>	<b>12</b>	<b>1.410</b>	<b>14.848</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>14</b>	<b>18</b>	<b>2.282</b>	<b>1.410</b>

\*As transações que não afetam caixa estão demonstradas na Nota Explicativa nº 25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**MLog S.A.****Demonstrações do valor adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
*(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Receitas operacionais</b>					
Vendas de serviços	21	32.585	30.352	267.066	126.792
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custo dos serviços vendidos		(18.357)	-	(111.413)	(47.187)
Despesas gerais e administrativas		(4.611)	(4.414)	(10.548)	(9.186)
<b>Outras receitas (despesas)</b>					
Subvenção de AFRMM	5	-	-	14.252	11.958
Outras (despesas) receitas	28	3.977	24.221	6.494	18.316
Provisão para redução de dívida do controlador		(48.358)	-	(48.358)	-
Reversão ao valor recuperável de ativos		-	-	2.888	(8.142)
Depreciação e amortização		(13.693)	(8.435)	(25.958)	(22.528)
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Receita financeira	22	7.356	25.657	9.673	26.491
Resultado de equivalência patrimonial	8	520	(30.735)	-	-
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>(40.581)</b>	<b>36.646</b>	<b>104.096</b>	<b>96.514</b>
<b>Distribuição do valor adicionado pessoal</b>					
Remuneração direta		1.482	1.245	45.900	19.869
Honorários da administração		3.545	3.878	4.407	4.277
Benefícios		1.076	796	35.921	16.987
FGTS		104	158	5.482	2.476
		<b>6.207</b>	<b>6.077</b>	<b>91.710</b>	<b>43.609</b>
<b>Tributárias</b>					
Federais		3.744	9.573	48.232	23.365
Estaduais		-	-	5.196	5.577
Municipais		17	16	446	534
		<b>3.761</b>	<b>9.589</b>	<b>53.874</b>	<b>29.476</b>
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>					
Juros	23	21.309	22.976	31.870	25.035
Aluguéis		361	483	907	873
		<b>21.670</b>	<b>23.459</b>	<b>32.777</b>	<b>25.908</b>
<b>(prejuízo) do período atribuível</b>					
Acionistas controladores		(72.219)	(2.479)	(72.219)	(2.479)
Acionistas não controladores		-	-	(2.046)	-
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>(40.581)</b>	<b>36.646</b>	<b>104.096</b>	<b>96.514</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# **Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

## **1 Contexto operacional**

A MLog S.A. (“Companhia”) detém o controle integral das sociedades Morro do Pilar Minerais S.A. (“MOPI”), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (“CDNC”), Dutovias do Brasil S.A. (“Dutovias”), Companhia de Navegação da Amazônia - CNA (“CNA”) e da Nova Sociedade de Navegação S.A. (“NSN”). A MLOG possui também participação de 50% na Asgaard Bourbon Navegação S.A. (“ABN”) e participação acionária indireta de 20% na Bourbom Offshore Marítima S.A. (“BOM”) por meio da CNA.

A subsidiária CDNC não é operacional, sendo proprietária de um terreno no município de Linhares, no Espírito Santo. As subsidiárias MOPI e Dutovias, atuam nos segmentos de mineração. As subsidiárias ABN e CNA atuam no segmento navegação por meio de afretamento e operação de embarcações de apoio marítimo para a indústria de óleo e gás, caso da ABN, enquanto a CNA atua no transporte fluvial de granel líquido (petróleo cru, seus derivados e biocombustíveis).

### **Navegação**

Conforme Fato Relevante de 19 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou compromisso vinculante com a BOM e sua controladora envolvendo: (i) o aumento da frota atual da ABN pela aquisição de 3 (três) embarcações AHTS brasileiras de propriedade da BOM, (ii) a utilização de créditos do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”), e (iii) uma parceria para operação de embarcações de apoio marítimo brasileiras e estrangeiras do grupo BOM e do grupo MLog no Brasil, através da conversão da ABN na plataforma operacional dos grupos, passando a ser controlada por ambas.

A completa implementação desta operação contém passos concluídos até 31 de dezembro de 2020, como a aquisição da participação de 20% na BOM pela CNA, o uso e a conversão em caixa de AFRMM, a aquisição e assunção da dívida com o BNDES destas 3 embarcações AHTSs pela MLog, realizada em 30 de dezembro de 2020.

Determinados passos futuros já contratados ainda precisavam ser efetivados, como a entrada da BOM no capital da ABN e a finalização da transferência dos funcionários da BOM para a ABN, mas desde 30 de dezembro de 2020 estes não dependiam de aprovação de terceiros para sua viabilidade e não apresentavam condicionantes. Em 01 de janeiro de 2022 foi efetivada a transferência do contrato de operação da embarcação do tipo AHTS Haroldo Ramos da BOM para a ABN.

Em 21 de fevereiro de 2022, mediante assinatura de acordo de acionistas entre a MLog e BOM, foi concluída a última etapa da operação, passando o capital social da ABN a ser detido na razão de 50% pela MLog e demais 50% pela BOM. Para a concretização desta operação foram adotados os seguintes passos:

- 1) Redução de capital da ABN, mediante consulta a credores e acionistas como previsto em lei no valor de R\$ 131.682;
- 2) Aumento de capital realizado pela BOM no valor de R\$ 14.506.

A ABN é operadora da embarcação OSRV (Oil Spill Recovery Vessel) Asgaard Sophia (“Sophia”), afretada à Petrobras desde 2016. O contrato do Sophia, assinado em 2017, venceu em junho de 2021, após extensão. Em 30 de abril de 2021, a ABN assinou novo contrato com a Petrobras para operação do Sophia por 3 anos, renováveis, iniciado no terceiro trimestre de 2021.

Também em 2021, a ABN assinou contratos para operação das embarcações do tipo AHTS (Anchor Handling Tug Supply Vessel) Geonísio Barroso e Yvan Barreto, compradas pela MLog da BOM em 2020. O contrato de operação do Geonísio Barroso iniciou no terceiro trimestre de 2021, já o contrato do Yvan Barreto teve seu início no quarto trimestre de 2021. Estes contratos têm duração aproximada de 3.5 anos cada, prorrogáveis.

O contrato da embarcação tipo AHTS Haroldo Ramos, cujos efeitos da transferência da BOM para a Asgaard, se deu em 01 de janeiro de 2022, com duração remanescente de 14 meses. Esse contrato foi prorrogado por mais dois meses encerrando-se em 05 de abril de 2023. Em 03 de fevereiro de 2023, a Companhia assinou novo contrato com a Petrobras para a operação do AHTS Haroldo Ramos por 4 anos, renováveis, com início das operações previsto para o terceiro trimestre de 2023

Em 16 de dezembro de 2021, entrou em operação a embarcação WSSV (Well Stimulation Supply Vessel) Stím Star Arabian Gulf, afretada, operada para a Petrobras, em parceria da ABN com a Halliburton, que será a responsável pela operação da planta de estimulação da embarcação.

Em 2022 foi instituído procedimento arbitral sigiloso instaurado pela ABN em face da Petrobras, em razão da não entrega da embarcação BE 808 no prazo acordado contratualmente, tendo em vista a impossibilidade de acordo com a Petrobras. Esse procedimento arbitral encontra-se pendente de julgamento e, de acordo com o calendário inicialmente fixado, a fase instrutória finalizará em 31 de julho de 2023.

Abaixo demonstrativo das embarcações em 31/12/2022:

<u>Embarcações</u>	<u>Arrendador/proprietário</u>	<u>Arrendatário</u>
Asgaard Sophia	Companhia de Navegação da Amazônia	Asgaard Bourbon Navegação S.A.
Stim Star Arabian Gulf	Haliburton Energy Services, Inc	Asgaard Bourbon Navegação S.A.
Yvan Barreto	MLog S.A.	Asgaard Bourbon Navegação S.A.
Geonísio Barroso	MLog S.A.	Asgaard Bourbon Navegação S.A.
Haroldo Ramos	MLog S.A.	Asgaard Bourbon Navegação S.A.

A CNA opera no transporte de cabotagem de interior de óleo, combustíveis e derivados de petróleo na região Norte do país. Adquirida em 2016, a CNA vem implementando seu plano de negócios que inclui a busca por oportunidades de crescimento de suas atividades e atividades complementares, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Em 10 de janeiro de 2022 foi sancionada a lei 14.301/22 que institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem, que dentre outras medidas, assegura a manutenção das alíquotas de Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) à CNA por mais seis anos.

Quanto ao Projeto de extração de minério de ferro denominado “Morro do Pilar”, a Companhia efetuou os estudos e cumpriu as condicionantes da Licença Prévia (“LP”) necessárias para o protocolo do pedido de Licença de Instalação (“LI”), tendo oficializado o pedido da LI junto aos órgãos governamentais no terceiro trimestre de 2019, conforme Nota Explicativa nº 18. A Companhia vem realizando esforços para captação dos recursos necessários ao desenvolvimento do projeto.

### Redução de Capital da CNA

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01/03/2021, foi aprovada a redução de capital da CNA, por meio do aporte de cinco embarcações e seus respectivos saldos de AFRMM a apropriar, além de saldo de caixa, em uma nova entidade denominada Newco Participações Ltda, atualmente não pertencente ao grupo. O valor líquido naquela data totalizou R\$ 1, fundamentado em laudo de avaliação, com base nos valores contábeis, emitido por empresa especializada

	Data base da transação 31/12/2020	Variações Patrimoniais	Data efetiva da transação 01/03/2021
<b>ATIVO</b>			
Caixa	1	-	1
Imobilizado	3.235	(91)	3.144
<b>TOTAL</b>	<b>3.236</b>	<b>(91)</b>	<b>3.145</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivo não circulante (AFRMM)	3.235	(91)	3.144
<b>TOTAL DO ACERVO LÍQUIDO</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>1</b>

### Aquisição da Marsil / Assunção de Dívida / Execução Judicial

Em abril de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas de emissão da Mineração Marsil Eireli (“Marsil”), que pertenciam à Bocaiuva Participações S.A. (“Bocaiuva”). Como parte dessa combinação de negócios, a Bocaiuva integralizou ações da Maverick Empreendimentos e Participações S.A. (“MEP”), empresa que integra o bloco controlador indireto da MLog.

Na aquisição da Marsil, a Bocaiuva assumiu contratualmente perante a MLog a responsabilidade não só pelo pagamento da totalidade dos empréstimos bancários da adquirida, mas também por outros passivos de naturezas diversas existentes na Marsil até a data de sua aquisição. O preço de aquisição reconhecido a valor justo, incluindo parcela de contraprestação contingente, foi de R\$ 50.000 pagos à vista.

No Instrumento Particular de Cessão e Transferência Definitiva de Quotas Societárias celebrado entre MLog e Bocaiuva, a Bocaiuva se responsabilizou pela totalidade das dívidas da Marsil, bem como de todas e quaisquer contingências, contabilizadas ou não, cujo fato gerador seja anterior à data da aquisição.

Em 19/06/2019 em função de descumprimentos contratuais da Bocaiuva, a MLog apresentou um requerimento de instituição de arbitragem contra a Bocaiuva perante a Câmara de Arbitragem do Mercado com o objetivo de obter a declaração de resolução do Contrato de Aquisição da Marsil.

Em 16/07/2019, a Companhia celebrou com a Bocaiuva o Instrumento Particular de Rescisão, que também teve a participação da acionista Maverick Holding S.A. (“Maverick Holding”), onde tratam as obrigações assumidas no contrato de Aquisição da Marsil. Nesse instrumento a Companhia cede a totalidade das quotas da Marsil à Bocaiuva pelo valor de R\$ 50.000. Com esta rescisão, a Companhia deixou de consolidar a Marsil e, conseqüentemente, os saldos relacionados à combinação de negócios foram integralmente baixados, o que incluía os valores de direitos na transação negocial e empréstimos bancários.

O Instrumento Particular de Rescisão estabelece, ainda, dentre outras cláusulas, (i) que a acionista Maverick Holding assume a obrigação de pagamento à MLog dos R\$ 50.000 pela transferência das quotas da Marsil para a Bocaiuva e (ii) que a Bocaiuva se retira do quadro acionário do bloco de controle indireto da MLog através da devolução das ações de emissão da MEP.

A obrigação assumida pela Maverick Holding deveria ser liquidada, atualizada, em até 30 dias. Uma vez que o Instrumento Particular de Rescisão não especifica o critério de atualização, a Companhia decidiu pela sua atualização com base na variação do IGP-M mais juros de 12% a.a., conforme previsto em seu estatuto social para os casos de inadimplência de integralização de capital social subscrito por parte dos seus acionistas. Em função da falta de pagamento da referida obrigação, em julho de 2020 a Companhia deu início a uma ação judicial contra a Maverick Holding para a cobrança desse crédito, que se encontra em andamento e sem decisão final até a presente data.

No decorrer do primeiro trimestre de 2022 a Administração da Companhia reavaliou a transação de rescisão descrita acima, sobretudo no que tange ao saldo registrado como Contas a Receber da Maverick Holding e, com base no desenrolar desta transação nos últimos anos, concluiu que:

1. A liquidação do saldo principal, que deveria ter ocorrido em 30 dias da data de assinatura do Instrumento Particular de Rescisão, não deverá ocorrer no curto prazo, dado que os eventos de liquidez esperados, que poderiam ensejar uma injeção de capital na Maverick Holding, não ocorreram e não há expectativas de ocorrerem no curto prazo;
2. A ação judicial que a Companhia ajuizou contra a Maverick Holding não vem evoluindo na velocidade que a Administração da Companhia esperava, tendo sido proferida sentença de extinção sem resolução de mérito, em razão da existência de cláusula arbitral no Estado Social da MLog, com condenação de honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da causa (a MLog apresentou embargos de declaração, o qual teve o seu provimento por não ter sido considerada a via adequada para tal, mas a Companhia apresentará recurso para dar seguimento ao processo);
3. Ocorreram tentativas da Companhia dirimir a questão da dívida do acionista, que não foram adiante por questões societárias.

Dessa forma a Companhia entende que o tratamento contábil atualmente mais adequado para o saldo devido pela Maverick Holding passa a ser de apresentá-lo, a partir do primeiro trimestre de 2022 em conta redutora do patrimônio líquido da Companhia, em se tratando de um valor devido por um acionista.

É relevante frisar que este entendimento é de que o valor principal da dívida se tornou um instrumento patrimonial, passados anos de saldo pendente pelo devedor, mas que, no entanto, a Administração segue com sua interpretação inicial de que o valor devido na data original de registro da transação era de natureza de instrumento de dívida, portanto na época classificado como um saldo de Contas a Receber de parte relacionada.

A mudança de interpretação da Companhia deve-se aos fatos acima elencados e ocorreu no primeiro trimestre de 2022, não sendo considerada uma mudança de entendimento com aplicação retrospectiva a exercícios anteriores.

Considerando ainda que uma dívida que passa a ser de capital em 2022 não poderia, por preceitos contábeis, ter sua atualização capitalizada mensalmente no Patrimônio Líquido, o saldo de juros acumulados permanece como um saldo de Contas a Receber de parte relacionada, porém com uma provisão integral de seu valor.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), bem como consideram as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações

relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial, conforme descrito nas práticas contábeis.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

A Administração da Companhia autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2023.

## 2.1 Base de consolidação e investimentos societários

### a. Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem as demonstrações da Companhia e de suas controladas (“Grupo”), foram elaboradas utilizando a mesma data base e práticas contábeis consistentes, sendo que, quando necessário, ajustes são efetuados nas demonstrações contábeis dessas investidas para garantir a conformidade com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e suas controladas são eliminados integralmente nas demonstrações consolidadas.

As participações societárias incluídas no processo de consolidação são:

<b>Investimentos</b>	<b>Participação 31/12//2022</b>	<b>Participação 31/12/2021</b>
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	100%	100%
Morro do Pilar Minerais S.A.	100%	100%
Dutovias do Brasil S.A.	100%	100%
Cia de Navegação do Amazonas *	100%	100%
Nova Sociedade de Navegação S.A.	100%	-
Asgaard Bourbon Navegação S.A.	50%	100%

\*em 31/12/2021 a CNA fazia parte indiretamente da consolidação através de ABN que tinha 100% da participação, porém a partir de 01/05/2022 a participação da CNA passou a ser diretamente detida pela MLog.



A Companhia detém as seguintes participações societárias indiretas por meio da CNA:

<b>Investimentos</b>	<b>Participação 31/12/2022</b>	<b>Participação 31/12/2021</b>
Bourbom Offshore Maritima S.A.	20%	20%

Quadro abaixo demonstra a movimentação contábil da redução de capital:

<b>ATIVO</b>						
<b>Participação</b>	<b>Investimento</b>	<b>Imobilizado</b>	<b>Intangível</b>	<b>Transação negocial</b>	<b>Partes relacionadas</b>	<b>Resultado abrangentes</b>
ABN	(129.301)	227	165	6.516	1.048	-
CNA	126.740	-	-	-	-	-
	<b>(2.561)</b>	<b>227</b>	<b>165</b>	<b>6.516</b>	<b>1.048</b>	<b>-</b>
<b>PASSIVO</b>						
ABN	-	-	-	-	267	-
<b>PATRIMONIO LÍQUIDO</b>						
ABN	-	-	-	-	-	(5.662) *
	<b>(2.561)</b>	<b>227</b>	<b>165</b>	<b>6.516</b>	<b>1.315</b>	<b>(5.662)</b>

\* Trata-se de variações patrimoniais na controlada Asgaard Bourbon Navegação.

## b. Controladas

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

## c. Coligada

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre práticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas práticas.

O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## d. Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

## 2.2 ***Impactos COVID-19***

Durante as operações do período encerrado em 31 de dezembro de 2022, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não existindo impactos adversos permanentes e materiais diretamente relacionados à pandemia que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras .

A Administração continua monitorando a evolução da pandemia, tanto em nível global quanto local, e seus potenciais efeitos sobre as operações da Companhia.

## 2.3 ***Continuidade operacional***

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e o Grupo conseguirão cumprir suas obrigações de pagamentos, principalmente daqueles decorrentes de empréstimos bancários e obrigações na aquisição de investimentos, conforme os prazos divulgados nas Notas Explicativas nº 15 e 16, respectivamente.

Os balanços patrimoniais da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2022 refletem passivos circulantes superiores aos ativos circulantes em R\$ 87.009 e R\$ 106.830, respectivamente (31 de dezembro de 2021 - R\$ 95.835 e R\$ 102.288, respectivamente)). Adicionalmente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, refletem prejuízos acumulados de R\$ 410.506 (R\$ 338.287 em 31 de dezembro de 2021).

Essa situação de liquidez e prejuízos acumulados é reflexo de parte significativa dos ativos da Companhia estarem em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, além de compromissos de curto prazo relacionados aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos), conforme descrito na Nota Explicativa nº 16. Adicionalmente, a operação demandou docagens para os ativos de apoio à navegação offshore, e os custos atribuídos a medidas de prevenção ao COVID, em maior volume do que o esperado, além da parcela de curto prazo de seu endividamento bancário.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16, ao longo do ano de 2021, a Companhia renegociou com os seus principais credores dos valores a pagar pela aquisição da CNA obtendo o reescalonamento de seu passivo, tendo em 31 de dezembro de 2022 parte significativa deste passivo renegociado em condições mais favoráveis em relação à dívida original. Essa estratégia financeira da Companhia, a execução de seu plano de negócios com foco em geração de caixa de suas atividades de navegação (pós operação BOM) combinada com a conversão de AFRMM em caixa livre, além de alternativas em avaliação pela Administração de levantamento de capital adicional que podem inclusive considerar a renegociação e alongamento de dívidas já existentes, são medidas fundamentais para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Esses eventos e condições descritos acima indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver sucesso nas medidas descritas acima e, por consequência, condições de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos: (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis, e (ii) no cumprimento com certos passivos financeiros pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

### 3 Sumário das principais práticas contábeis

A seguir apresentamos as principais práticas contábeis utilizadas pelo Grupo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

#### a. Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros e divulgação.

A Companhia não realiza atualmente operações de hedge, incluindo swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

#### (i) *Classificação e mensuração de ativos financeiros*

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros - exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado - são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### (ii) *Custo amortizado*

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais

#### (iii) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes.

#### (iv) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Esses ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (a) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo ou (b) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo ou (c) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

**(v) Perdas de crédito esperadas**

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas, levando em consideração todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis, tais como: o histórico dos clientes, situação financeira e possíveis indicadores de inadimplência para estimar as perdas de crédito esperadas.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração das perdas de crédito esperadas, que é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período de tempo específico, que considera dados históricos, premissas e expectativas. Atualmente, a administração entende que no curso atual dos negócios operacionais, não existe expectativa de novas perdas esperadas .

**(vi) Passivos financeiros**

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

**b. Equivalentes de caixa**

São considerados equivalente de caixa as aplicações financeiras de curto prazo e de conversibilidade imediata em um montante conhecido, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento normalmente se qualifica como título de curto prazo quando possui vencimento de até três meses a contar da data da aquisição.

**c. Investimentos em controladas**

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, sendo eliminados para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

**d. Imobilizado**

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da redução do seu valor recuperável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são apresentadas na Nota Explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**e. Intangível**

Os ativos intangíveis compreendem principalmente direitos minerários, gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e obtenção de licenças e ágio na aquisição de investimentos. São avaliados ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, da amortização acumulada e da redução ao valor recuperável.

Os gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e obtenção de licenças são capitalizados somente se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção de concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para identificar perdas (reduções) ao seu valor recuperável..

As vidas úteis estimadas do ativo intangível são apresentadas na Nota Explicativa nº 11.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

#### **f. Redução ao valor recuperável de ativos**

Os valores contábeis dos ativos são, para fins de desvalorização, revistos anualmente ou quando houver indicação potencial de perda no valor recuperável.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa).

Abaixo são demonstradas premissas básicas para elaboração do teste recuperável de ativos:

	<b>Mineração</b>	<b>Navegação</b>
Mensuração do Valor Recuperável	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado ou avaliação dos ativos, conforme o caso
Projeção de Fluxo de Caixa	Toda a vida útil do ativo	Toda a vida útil esperada para cada ativo
Margem Bruta	Base em estudos técnicos contratados, dados de mercado e expectativa do time operacional interno envolvido	Atualização da margem bruta baseada em orçamento, histórico de negócios e tendência de mercado
Custos	Base em estudos técnicos contratados e dados de mercado	Baseada em orçamento, histórico de negócios e tendência de mercado
Taxa de Crescimento na Perpetuidade	Sem Perpetuidade	Sem Crescimento
Taxa de Desconto	A taxa de desconto foi baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") em dólares que reflete o risco específico e a estrutura de alavancagem do segmento, sendo 12,3% para Navegação e 11,8% para Mineração.	

#### **g. Arrendamentos**

A Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento quando da celebração do mesmo. O arrendamento é caracterizado quando, em troca de pagamentos mensais, há o aluguel ou a transmissão do direito de uso por tempo determinado, de um ativo arrendado claramente especificado.

O prazo de arrendamento utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento ocorre no reconhecimento inicial. A reavaliação do prazo de arrendamento ocorrerá quando houver um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias controladas pelo arrendatário. Conforme previsto na norma, o arrendatário pode adotar a isenção de reconhecimento para contratos com prazos inferiores a doze meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor.

**h. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

**i. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente. A Administração somente registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos quando há evidência de utilização em lucros tributáveis futuros.

**j. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das práticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração nas informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas explicativas:

<i>Estimativas e julgamentos contábeis</i>	<b>Nota Explicativa</b>
Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante	3.m e 5
Perdas de crédito esperadas	6
Combinação de negócios (manutenção do conceito de “controle” sobre a investida ABN)	8
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	9
Premissas para testes de recuperabilidade de ativos imobilizado e intangível	9
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	17

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

**k. Demonstração do valor adicionado**

A apresentação das demonstrações do valor adicionado é requerida pela Legislação Societária Brasileira para Sociedades Anônimas de capital aberto e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

**l. Lucro (prejuízo) por ação**

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média de ações ordinárias durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais, diluídas em ações ordinárias.

**m. Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM**

A subsidiária CNA, mencionada na Nota no 1, é beneficiária nos termos da Lei 10.893/2004 do recebimento de 100% do benefício do AFRMM gerado nas suas atividades de navegação fluvial e repassado em forma de subvenção governamental. O uso desses recursos, extensível a coligadas, controladas ou controladora da CNA, está condicionado à aquisição de embarcações novas, jumborização, conversão, modernização, docagem ou reparação de embarcações próprias e pagamento de juros e de amortização de financiamentos relativos a estes mesmos usos.

A contrapartida do benefício a ser utilizado registrado no ativo é reconhecida como receita diferida no passivo. O reconhecimento desse passivo no resultado ocorre na proporção do reconhecimento dos valores acima aplicados no resultado, via depreciação e custo de reparação ou quando da incidência de juros ou da amortização de financiamentos. O direito ao uso do benefício extingue-se no caso de não utilização no prazo de três anos, contados a partir do depósito do AFRMM gerado em conta vinculada em nome da CNA.

Em conformidade com o art. 30 da Lei 12.973/2014, as subvenções reconhecidas no resultado, até o limite do lucro líquido do exercício, não são tributadas, desde que mantidas em conta de reserva de lucros (reserva de Incentivos fiscais), ficando a utilização dessa reserva condicionada exclusivamente à absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

O saldo das subvenções reconhecidas no resultado não transferido para a citada reserva de lucros, em decorrência da limitação do lucro líquido, deverá ser transferido assim que ocorrerem lucros suficientes nos anos subsequentes.

Como citado na Nota nº 1, a Lei 14.301/22 que institui o programa de estímulo ao transporte por cabotagem assegura a manutenção da atual alíquota de AFRMM para a CNA por seis anos adicionais.

**n. Receitas com prestação de serviços**

As receitas de afretamento de embarcações, transporte de cargas e apoio marítimo são mensuradas pelo valor justo do montante recebido, ou a receber, líquidas de descontos comerciais e dos impostos sobre venda desses serviços.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

A Companhia reconhece a receita quando satisfaz uma obrigação de desempenho, transferindo serviço prometido ao cliente. O serviço é geralmente considerado transferido quando o cliente obtém o controle.

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende os serviços em transações separadas, ou contratos firmados antecipadamente.

**o. Informação por segmento**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

Os resultados por segmentos que são relatados à Administração da Companhia incluem itens diretamente atribuíveis a cada segmento, navegação e mineração divulgado na Nota Explicativa nº 29, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

### **3.1 Novas normas, revisões e interpretações**

Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022:

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado": o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados

devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

- Alteração ao IAS 37/CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios": emitida com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual:
  - (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
  - (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
  - (iii) IFRS 1/CPC 35 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não houve impacto de tais mudanças nas demonstrações financeiras do Grupo.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- . Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil



material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não são esperados impactos de tais alterações nas demonstrações financeiras do Grupo.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	11	12	12	12
Equivalentes de caixa	<u>3</u>	<u>6</u>	<u>2.270</u>	<u>1.398</u>
	<b><u>14</u></b>	<b><u>18</u></b>	<b><u>2.282</u></b>	<b><u>1.410</u></b>

A Administração da Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender compromissos operacionais de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de caixa e equivalentes de caixa, refere-se em sua maioria a recursos disponíveis mantidos em caixa ou crédito contra instituições financeiras.

## 5 Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”)

O quadro abaixo apresenta no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a movimentação das rubricas relacionadas a AFRMM no balanço consolidado.

	Contas do Ativo		Conta do passivo	
	Circulante	Não circulante	Não circulante	
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada	AFRMM para liberação	AFRMM para liberação	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM <sup>1</sup>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>-</b>	<b>9.726</b>	<b>-</b>	<b>181.411</b>
AFRMM gerado	-	-	22.666	22.666
Depósitos em conta vinculada	23.670	(23.441)	-	-
Diferença de processos recebidos	-	(228)	-	3
Rendimentos da conta vinculada	46	-	-	26
Recebimento Controladora <sup>2</sup>	(19.483)	-	-	-
Ressarcimento Reparos	(2.200)	-	-	-
Comissão BNDES 1% e Imposto e Renda	(177)	-	-	-
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(14.252)
Perdas de AFRMM	-	1.615	-	(62)
PCLD - AFRMM a receber	-	(1.676)	-	-
Transferência para longo prazo	-	22.666	(22.666)	-
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>1.856</b>	<b>8.662</b>	<b>-</b>	<b>189.792</b>

<sup>1</sup> Apesar da existência deste valor no passivo não circulante, a utilização do AFRMM dentro de sua finalidade legal não acarreta passivo financeiro ou obrigação de qualquer efeito para a Companhia, que pode a qualquer momento deixar de operar o referido ativo e/ou efetuar a sua venda.

<sup>2</sup> Refere-se aos pagamentos feitos ao BNDES por conta de financiamentos assumido pela controladora através da utilização de créditos de AFRMM da CNA.

O quadro abaixo apresenta a movimentação das rubricas relacionadas a AFRMM no balanço consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	Contas do Ativo		Conta do passivo	
	Circulante	Não circulante	Não circulante	
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada	AFRMM para liberação	AFRMM para liberação	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM <sup>1</sup>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>2.476</b>	<b>8.075</b>	<b>-</b>	<b>178.067</b>
AFRMM gerado	-	-	18.395	18.395
Depósitos em conta vinculada	16.744	(16.744)	-	-
Rendimentos da conta vinculada	47	-	-	47
Recebimento Controladora <sup>2</sup>	(19.113)	-	-	-
Ressarcimento Reparos	(35)	-	-	-
Comissão BNDES 1% e Imposto e Renda	(123)	-	-	-
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(11.958)
AFRMM transferido para empresa ligada	-	-	-	(3.144)
Outros (segregação estorno)	4	18.395	(18.395)	4
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>-</b>	<b>9.726</b>	<b>-</b>	<b>181.411</b>

<sup>1</sup> Apesar da existência deste valor no passivo não circulante, a utilização do AFRMM dentro de sua finalidade legal não acarreta passivo financeiro ou obrigação de qualquer efeito para a Companhia, que pode a qualquer momento deixar de operar o referido ativo e/ou efetuar a sua venda.

<sup>2</sup> Refere-se aos pagamentos feitos ao BNDES por conta de financiamentos assumido pela controladora através da utilização de créditos de AFRMM da CNA.

## 6 Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2022, no consolidado, os valores de R\$ 4.718 e R\$ 17.147 (em 31 de dezembro de 2021 R\$ 3.247 e R\$ 10.792) referem-se aos negócios regulares das subsidiárias CNA e ABN, respectivamente, observando que em 31 de dezembro de 2021 a ABN operava apenas com o OSRV Sophia, sendo que em 31 de dezembro de 2021 a sua operação contava com outras quatro embarcações, totalizando uma frota de cinco embarcações ativas. O saldo consolidado inclui também a MLog no montante de R\$ 3.168 (31/12/2021 R\$ 6.287).

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber de clientes	3.168	6.287	25.206	20.499
Provisão para perdas esperadas		-	(173)	(173)
	<u><b>3.168</b></u>	<u><b>6.287</b></u>	<u><b>25.033</b></u>	<u><b>20.326</b></u>

A provisão contempla 100% dos valores que estão ajuizados referentes a clientes antigos quando a Companhia não adotava práticas de apenas negociar com clientes que possuíam capacidade de crédito e garantias suficientes para mitigar o risco de crédito.

Na MLog 100% da receita é intragrupo, desta forma não são esperadas perdas. Na ABN a receita é registrada conforme boletins de medição dos clientes, desta forma a perda histórica de receita nestes casos é insignificante. Na controlada CNA o histórico de perda é baixo, com exceções pontuais sem seguir padrões métricos, tendo sido o último caso em 2020.

Os valores de contas a receber de clientes, têm o seguinte prazo de recebimento:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a vencer	3.168	6.287	23.820	19.761
<b>Valores vencidos:</b>				
Até 30 dias	-	-	992	565
De 31 a 90 dias	-	-	136	-
De 91 a 180 dias	-	-	85	-
Acima de 360 dias	-	-	173	173
	<u><b>3.168</b></u>	<u><b>6.287</b></u>	<u><b>25.206</b></u>	<u><b>20.499</b></u>

## 7 Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar

### IR e CSLL a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Circulante</b>				
<b>Retidos na fonte</b>				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	-	17	15	20
Imposto de renda sobre serviços prestados	-	-	9.568	1.537
CSLL sobre serviços prestados	-	-	1.993	247
<b>Créditos</b>				
IRPJ e CSLL a recuperar	88	1.296	738	1.725
	<b>88</b>	<b>1.313</b>	<b>12.314</b>	<b>3.529</b>

### Outros Impostos a recuperar

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Circulante</b>		
<b>Retidos na fonte</b>		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	1.050	554
INSS sobre serviços prestados	1.696	-
<b>Pedido de restituição</b>		
PIS e COFINS	421	178
<b>Créditos</b>		
Outros	13	304
	<b>3.180</b>	<b>1.036</b>
<b>Não circulante</b>		
<b>Pedido de restituição</b>		
PIS e COFINS	5.108	3.714
<b>Créditos</b>		
PIS e COFINS sobre insumos	621	1.798
	<b>5.729</b>	<b>5.512</b>

Os valores registrados no ativo não circulante referem-se à restituição de tributos recolhidos a maior em importação em regime de admissão temporária de embarcação estrangeira, cujo valor quando recebido deverá ser repassado ao cliente tomador do serviço. A obrigação com o cliente está registrada na rubrica “outros passivos não circulantes”.

## 8 Investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos da controladora no exercício foi da seguinte forma:

Investimentos	31/12/2021	Aquisição (baixa) de investimentos	Equivalência patrimonial 100%	Equivalência patrimonial 50%	Aumento de capital	31/12/2022
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	21.078	-	(245)	-	10.180	31.013
Morro do Pilar Minerais S.A.	751.268	-	(2.222)	-	-	749.046
Companhia de Navegação da Amazônia	-	126.740	8.161	-	-	134.901
Asgaard Bourbon Navegação S.A.	145.834	(129.301)	(3.068)	(2.041)	-	11.424
<b>Saldo do investimento</b>	<b>918.180</b>	<b>(2.561)</b>	<b>2.626</b>	<b>(2.041)</b>	<b>10.180</b>	<b>926.384</b>
Nova Sociedade de Navegação S.A.	-	1	(61)	-	-	(60)
Dutovias do Brasil S.A.	(1.643)	-	(4)	-	-	(1.647)
<b>Saldo da provisão para passivo a descoberto <sup>1</sup></b>	<b>(1.643)</b>	<b>1</b>	<b>(65)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.707)</b>
	<b>916.537</b>	<b>(2.560)</b>	<b>2.561</b>	<b>(2.041)</b>	<b>10.180</b>	<b>924.677</b>

<sup>1</sup> O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato da Companhia ser solidária às dívidas da sua controlada Dutovias.

Conforme Notas Explicativas 1 e 2.1.a, em decorrência da transação societária entre a MLog e o grupo BOM, a ABN passou a ser consolidada em 01/05/2022 com participação de 50% e a CNA 100% através de equivalência patrimonial. No valor de R\$ 129.301, referente a baixa de investimento da ABN, está incluso as variações patrimoniais no valor de R\$ 5.662, que foram consideradas na Controladora como resultados abrangentes.

A Companhia aplicou julgamento crítico ao analisar a manutenção do controle sobre a investida ABN, tendo em vista a redução da sua participação societária para 50%, ficando os demais 50% com a BOM. A Companhia avaliou a existência de controle sobre a ABN considerando as seguintes esferas:

- **Econômica:** por acordo entre acionistas o resultado financeiro (por meio da apuração por metodologia do EBITDA) de 4 das 5 embarcações atualmente operadas pela ABN (os navios OSRV Asgaard Sophia, AHST Geonísio Barroso, AHTS Yvan Barreto e AHTS Haroldo Ramos, que são de propriedade direta ou indireta da MLog) são de direito da MLog, sendo o resultado financeiro da quinta embarcação, o WSSV Stim Star, esta afretada de terceiros, compartilhado na razão de 50% para cada qual dos sócios.
- **Técnica:** decisões sobre investimentos e operacionais sobre a frota detida direta ou indiretamente pela MLog, em caso de divergências entre as investidoras, são de responsabilidade do corpo executivo indicado pela MLog, sendo estas embarcações, atualmente, 80% da frota da ABN.

Pelas razões acima a administração da Companhia concluiu que o controle continua com a MLog nos termos do CPC 36. Destaca-se, ainda, que a MLog possui participação indireta de 20% no capital da BOM. Dessa forma, a Companhia continuou consolidando a ABN, passando a atribuir o percentual societário de 50% da BOM como participação de acionistas “não controladores”.

BP - 31/12/2022 – sintético

	Controladora	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN	Eliminações	Consolidado
<b>Ativo circulante</b>	4.432	458	3	-	44.965	21.316	1	(6.318)	64.857
<b>Ativo não circulante</b>	1.079.304	286.897	31.161	-	139.222	247.744	-	(635.415)	1.148.913
<b>Total do ativo</b>	<b>1.083.736</b>	<b>287.355</b>	<b>31.164</b>	<b>-</b>	<b>184.187</b>	<b>269.060</b>	<b>1</b>	<b>(641.733)</b>	<b>1.213.770</b>
<b>Passivo circulante</b>	91.441	22.835	149	1.642	106.338	19.664	5	(70.387)	171.687
<b>Passivo não circulante</b>	285.461	6.897	4	5	72.771	202.288	56	(237.069)	330.413
	<b>376.902</b>	<b>29.732</b>	<b>153</b>	<b>1.647</b>	<b>179.109</b>	<b>221.952</b>	<b>61</b>	<b>(307.456)</b>	<b>502.100</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	706.834	257.623	31.011	(1.647)	5.078	47.108	(60)	(334.277)	711.670
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.083.736</b>	<b>287.355</b>	<b>31.164</b>	<b>-</b>	<b>184.187</b>	<b>269.060</b>	<b>1</b>	<b>(641.733)</b>	<b>1.213.770</b>

**MLog S.A.**  
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
em 31 de dezembro de 2022

## BP - 31/12/2021 - sintético

	Controladora	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	Eliminações	Consolidado
Ativo circulante	8.757	151	8	4	27.288	15.791	(8.122)	43.877
Ativo não circulante	1.145.198	262.358	21.146	-	240.615	228.031	(656.216)	1.241.132
<b>Total do ativo</b>	<b>1.153.955</b>	<b>262.509</b>	<b>21.154</b>	<b>4</b>	<b>267.903</b>	<b>243.822</b>	<b>(664.338)</b>	<b>1.285.009</b>
Passivo circulante	104.592	826	7	1.647	52.452	12.948	(26.307)	146.165
Passivo não circulante	225.972	1.837	69	-	77.556	190.863	(180.850)	315.447
	<b>330.564</b>	<b>2.663</b>	<b>76</b>	<b>1.647</b>	<b>130.008</b>	<b>203.811</b>	<b>(207.157)</b>	<b>461.612</b>
Patrimônio líquido	823.391	259.846	21.078	(1.643)	137.895	40.011	(457.181)	823.397
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.153.955</b>	<b>262.509</b>	<b>21.154</b>	<b>4</b>	<b>267.903</b>	<b>243.822</b>	<b>(664.338)</b>	<b>1.285.009</b>

## DRE - 31/12/2022 - sintético

	Controladora	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN	Eliminações	Consolidado
Resultado bruto	(2.318)	-	-	-	20.714	(4.652)	-	(6.494)	7.250
Receitas (despesas) operacionais	(56.435)	(2.088)	(229)	(4)	(17.156)	15.019	(61)	2.071	(58.883)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(58.753)</b>	<b>(2.088)</b>	<b>(229)</b>	<b>(4)</b>	<b>3.558</b>	<b>10.367</b>	<b>(61)</b>	<b>(4.423)</b>	<b>(51.633)</b>
Resultado financeiro	(13.953)	(134)	(16)	-	(13.378)	(2.918)	-	8.202	(22.197)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(72.706)	(2.222)	(245)	(4)	(9.820)	7.449	(61)	3.779	(73.830)
Imposto de renda e contribuição social	487	-	-	-	(570)	(352)	-	-	(435)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(72.219)</b>	<b>(2.222)</b>	<b>(245)</b>	<b>(4)</b>	<b>(10.390)</b>	<b>7.097</b>	<b>(61)</b>	<b>3.779</b>	<b>(74.265)</b>

## DRE - 31/12/2022 - sintético

	Controladora	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	Eliminações	Consolidado
Resultado bruto	19.222	-	-	-	(4.430)	(6.267)	(2.594)	5.931
Receitas (despesas) operacionais	(20.126)	(1.484)	(100)	(7)	(25.507)	(5.306)	45.138	(7.392)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(904)</b>	<b>(1.484)</b>	<b>(100)</b>	<b>(7)</b>	<b>(29.937)</b>	<b>(11.573)</b>	<b>42.544</b>	<b>(1.461)</b>
Resultado financeiro	2.681	(38)	(14)	-	(2.000)	(1.089)	1.916	1.456
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.777	(1.522)	(114)	(7)	(31.937)	(12.662)	44.460	(5)
Imposto de renda e contribuição social	(4.256)	-	-	-	1.496	286	-	(2.474)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(2.479)</b>	<b>(1.522)</b>	<b>(114)</b>	<b>(7)</b>	<b>(30.441)</b>	<b>(12.376)</b>	<b>44.460</b>	<b>(2.479)</b>

**MLog S.A.**  
demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
em 31 de dezembro de 2022

DFC 31/12/2022 – sintético	Controladora	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN	Eliminações	Consolidado
Caixa líquidos gerados das atividades operacionais	11.836	(1.349)	(115)	(4)	78.013	16.551	(56)	(57.363)	47.513
Caixa líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(7.267)	(2.837)	-	-	(154)	(4.243)	-	4.146	(10.355)
Caixa líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos	(4.573)	4.484	115	4	(78.461)	(11.129)	57	53.217	(36.286)
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4)</b>	<b>298</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(602)</b>	<b>1.179</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>872</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18	146	-	-	652	594	-	-	1.410
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>14</b>	<b>444</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50</b>	<b>1.773</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>2.282</b>

DFC 31/12/2021	Controladora	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	Eliminações	Consolidado
Caixa líquidos gerados das atividades operacionais	12.064	(865)	(116)	(6)	(12.939)	14.206	10.933	23.277
Caixa líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(5.845)	(3.671)	-	-	(15.582)	(7.883)	(6.597)	(39.578)
Caixa líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos	(6.213)	4.682	116	6	20.446	(11.838)	(4.336)	2.863
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6</b>	<b>146</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8.075)</b>	<b>(5.515)</b>	<b>-</b>	<b>(13.438)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12	-	-	-	8.727	6.109	-	14.848
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>18</b>	<b>146</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>652</b>	<b>594</b>	<b>-</b>	<b>1.410</b>

A movimentação dos adiantamentos para futuros aumentos de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

	Morro do Pilar Minerais S.A.	Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	Dutovias do Brasil S.A.	Nova Sociedade de Navegação S.A.	Total
Saldos em 31/12/20201	332	69	-	-	<b>401</b>
Recursos remetidos	3.970	116	4	56	<b>4.146</b>
Capitalizações *	-	(180)	-	-	<b>(180)</b>
Saldos em 31/12/2022	<b>4.302</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>56</b>	<b>4.367</b>

\*A capitalização desses saldos ocorre anualmente, quando da realização das Assembleias Gerais Ordinárias das subsidiárias.

Para fins de comparação, apresentamos abaixo a movimentação dos investimentos no mesmo exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Investimentos	31/12/2020	Aumento de capital	Equivalência patrimonial 100%	31/12/2021
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	21.107	85	(114)	21.078
Morro do Pilar Minerais S.A.	748.864	3.926	(1.522)	751.268
Asggard Bourbon Navegação S.A. <sup>2</sup>	174.926	-	(29.092)	145.834
<b>Saldo do investimento</b>	<b>944.897</b>	<b>4.011</b>	<b>(30.728)</b>	<b>918.180</b>
Dutovias do Brasil S.A.	(1.644)	8	(7)	(1.643)
<b>Saldo da provisão para passivo a descoberto <sup>1</sup></b>	<b>(1.644)</b>	<b>8</b>	<b>(7)</b>	<b>(1.643)</b>
	<b>943.253</b>	<b>4.019</b>	<b>(30.735)</b>	<b>916.537</b>

- (1) O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato da Companhia ser solidária às dívidas da sua controlada Dutovias.
- (2) Inclui participação societária indireta na CNA e na BOM.

Conforme disposto no acordo de aquisição das ações firmado entre a CNA, a BOM e a Bourbon Marine & Logistics (“BML”), acionista detentor de 80% de participação acionária da BOM, a CNA e seus controladores não são ou serão responsáveis por qualquer dano, contingência, obrigação ou responsabilidade da BML e/ou suas afiliadas antes ou após 06 de janeiro de 2020 (data de assinatura do acordo de acionistas), independentemente do conhecimento da BML.

Em 31 de dezembro de 2022, a BOM apresenta passivo a descoberto e prejuízo no exercício findo nessa data. Portanto, a CNA não registra essas perdas em seu balanço por não ter incorrido em obrigações legais ou construtivas sobre essas perdas, e nem ter qualquer obrigação sobre perdas passadas, anteriores à transação, que a BOM tenha incorrido.

Mesmo com a assinatura, em 21 de fevereiro de 2022, do acordo de acionistas entre MLog e BOM, prevendo a entrada da BOM no capital da ABN, por exigências legais a transação dependeu de uma redução de capital da MLog na ABN (para posterior aumento de capital feito pela BOM), que por sua vez é sujeita a consulta a credores e acionistas para que possam manifestar potencial oposição. Ao longo do trimestre findo em 30 de junho de 2022 este movimento foi concretizado, por meio da efetivação da redução de capital da ABN e posterior aumento de capital efetuado pela BOM.

A movimentação dos adiantamentos para futuros aumentos de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada abaixo:

	Morro do Pilar Minerais S.A.	Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	Dutovias do Brasil S.A.	Total
Saldos em 31/12/2020	44	38	2	<b>84</b>
Recursos remetidos	4.214	116	6	<b>4.336</b>
Capitalizações	(3.926)	(85)	(8)	<b>(4.019)</b>
Saldos em 31/12/2021	<b>332</b>	<b>69</b>	-	<b>401</b>



## 9 Imobilizado

### Controladora

Custo	31/12/2021	Adição	Transferências	Aquisições na transação negocial	31/12/2022
Imobilização em andamento	18.154	-	(18.147)	-	7
Embarcações	117.357	3.121	18.147	-	138.625
Móveis e Utensílios	842	-	-	50	892
Equipamentos de informática	541	-	-	72	613
Equipamentos de comunicação	144	-	-	8	152
Obras de arte	-	-	-	97	97
Benfeitorias em bens de terceiros	115	-	-	-	115
	<b>137.153</b>	<b>3.121</b>	<b>-</b>	<b>227</b>	<b>140.501</b>
<b>Depreciação</b>	<b>Taxa</b>				
Embarcações	7%	(8.345)	(13.531)	-	(21.876)
Móveis e Utensílios	10%	(688)	(100)	-	(788)
Equipamentos de informática	20%	(541)	(27)	-	(568)
Equipamentos de comunicação	20%	(144)	(5)	-	(149)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(115)	-	-	(115)
		<b>(9.833)</b>	<b>(13.663)</b>	<b>-</b>	<b>(23.496)</b>
		<b>127.320</b>	<b>(10.542)</b>	<b>-</b>	<b>117.005</b>

O valor de R\$ 18.147, transferido para embarcações são referentes aos gastos com docagem concluídos com Geonísio Barroso e Yvan Barreto que foram ativados.

As aquisições na transação negocial, conforme Nota explicativa 1, é referente a redução de capital na ABN.

Custo	31/12/2020	Adição	Baixas	31/12/2021
Imobilização em andamento	-	18.154	-	18.154
Embarcações	115.848	1.509	-	117.357
Edificações	4	-	(4)	-
Móveis e Utensílios	842	-	-	842
Equipamentos de informática	541	-	-	541
Equipamentos de comunicação	144	-	-	144
Benfeitorias em bens de terceiros	115	-	-	115
	<b>117.494</b>	<b>19.663</b>	<b>(4)</b>	<b>137.153</b>
<b>Depreciação</b>	<b>Taxa</b>			
Embarcações	7%	(23)	(8.322)	(8.345)
Móveis e Utensílios	10%	(601)	(87)	(688)
Equipamentos de informática	20%	(516)	(25)	(541)
Equipamentos de comunicação	20%	(143)	(1)	(144)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(115)	-	(115)
		<b>(1.398)</b>	<b>(8.435)</b>	<b>(9.833)</b>
		<b>116.096</b>	<b>11.228</b>	<b>127.320</b>

A adição no valor de R\$ 18.154, apresentada na rubrica imobilização em andamento, refere-se a dispêndios com docagem das embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barreto

## Consolidado

Custo	31/12/2021	Adições	Transferências	Reversão ao valor recuperável	Baixas	31/12/2022
Imobilização em andamento	18.192	154	(18.185)	-	-	161
Embarcação em construção	3.678	3.789	-	-	-	7.467
Obras de arte	97	-	-	-	-	97
Terrenos	30.480	-	-	-	-	30.480
Imóveis	1.645	-	-	-	-	1.645
Edificações	318	-	-	-	-	318
Máquinas e Equipamentos	5.228	63	-	-	-	5.291
Móveis e Utensílios	1.570	44	-	-	(11)	1.603
Equipamentos de informática	1.021	10	38	-	(15)	1.054
Equipamentos de comunicação	904	24	-	-	(3)	925
Embarcações	353.835	3.789	18.147	2.888	(2.370)	376.289
Veículos	678	-	-	-	(59)	619
Benfeitorias em bens de terceiros	4.259	-	-	-	-	4.259
	<b>421.905</b>	<b>7.873</b>	<b>-</b>	<b>2.888</b>	<b>(2.458)</b>	<b>430.208</b>
<b>Depreciação</b>	<b>Taxa</b>					
Edificações	<b>4%</b>	(122)	(12)	-	-	(134)
Máquinas e Equipamentos	<b>10%</b>	(3.936)	(295)	-	-	(4.231)
Móveis e Utensílios	<b>10%</b>	(1.252)	(131)	-	8	(1.375)
Equipamentos de informática	<b>20%</b>	(896)	(59)	-	161	(794)
Equipamentos de comunicação	<b>20%</b>	(605)	(60)	-	(156)	(821)
Embarcações	<b>5% a 7%</b>	(112.489)	(24.187)	-	2.093	(134.583)
Veículos	<b>20%</b>	(674)	(1)	-	56	(619)
Benfeitorias em bens de terceiros	<b>22%</b>	(3.094)	(1.165)	-	-	(4.259)
		<b>(123.068)</b>	<b>(25.910)</b>	<b>-</b>	<b>2.162</b>	<b>(146.816)</b>
		<b>298.837</b>	<b>(18.037)</b>	<b>-</b>	<b>2.888</b>	<b>(296)</b>
		<b>298.837</b>	<b>(18.037)</b>	<b>-</b>	<b>2.888</b>	<b>283.392</b>

A Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável de seus ativos na data base de 31/12/2022. Para imobilizado da controlada CNA foi identificada a necessidade de uma reversão ao valor R\$ 2.888 em relação ao registrado em 2021, proveniente do ajuste de premissas utilizadas no teste da data base de 31/12/2022, descritas na Nota Explicativa 3(f), registrado na rubrica redução ao valor recuperável de ativos.

Desta forma, a provisão para redução ao valor recuperável na controlada CNA em 31 de dezembro de 2022 totaliza o montante de R\$ 5.254.

**MLog S.A.**  
demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
em 31 de dezembro de 2022

Custo		31/12/2020	Adições	Transferências	Redução ao valor recuperável	Baixas	31/12/2021
Imobilização em andamento		2.529	26.321	(2.828)	-	(7.830)	18.192
Embarcação em construção		5.688	3.678	(5.162)	-	(526)	3.678
Obras de arte		97	-	-	-	-	97
Terrenos		30.480	-	-	-	-	30.480
Imóveis		1.645	-	-	-	-	1.645
Edificações		322	-	-	-	(4)	318
Máquinas e Equipamentos		4.745	76	433	-	(26)	5.228
Móveis e Utensílios		1.244	16	413	-	(103)	1.570
Equipamentos de informática		831	82	108	-	-	1.021
Equipamentos de comunicação		710	2	192	-	-	904
Embarcações		319.942	5.642	52.570	(8.142)	(16.177)	353.835
Veículos		426	-	278	-	(26)	678
Benfeitorias em bens de terceiros		1.431	-	2.828	-	-	4.259
		<b>370.090</b>	<b>35.817</b>	<b>48.832</b>		<b>(24.692)</b>	<b>421.905</b>
<b>Depreciação</b>	<b>Taxa</b>						
Edificações	<b>4%</b>	(112)	(10)	-	-	-	(122)
Máquinas e Equipamentos	<b>10%</b>	(3.264)	(258)	(414)	-	-	(3.936)
Móveis e Utensílios	<b>10%</b>	(814)	(132)	(405)	-	99	(1.252)
Equipamentos de informática	<b>20%</b>	(702)	(83)	(135)	-	24	(896)
Equipamentos de comunicação	<b>20%</b>	(351)	(62)	(192)	-	-	(605)
Embarcações	<b>5% a 7%</b>	(53.643)	(20.274)	(47.408)	-	8.836	(112.489)
Veículos	<b>20%</b>	(410)	(12)	(278)	-	26	(674)
Benfeitorias em bens de terceiros	<b>22%</b>	(1.431)	(1.663)	-	-	-	(3.094)
		<b>(60.727)</b>	<b>(22.494)</b>	<b>(48.832)</b>		<b>8.985</b>	<b>(123.068)</b>
		<b>309.363</b>	<b>13.323</b>	<b>-</b>		<b>(15.707)</b>	<b>298.837</b>

**Bens em Garantia:**

- Embarcação Asgaard Sophia alienada fiduciariamente em garantia das obrigações assumidas pelo contrato de aquisição da CNA

- Imóvel de propriedade da CNA situado à Rua Professor Nelson Ribeiro, nº 307, Telégrafo, Belém, inscrito na matrícula 441 e 442: penhora na execução fiscal nº 0000284-58.2004.8.14.0301 (antigo nº 200410009995) e execução Fiscal de nº 0020201-92.2004.8.14.0301, sendo que neste último processo houve trânsito em julgado em favor da CNA e a desobstrução do imóvel está sendo providenciada.

- Penhor sobre o Direito Minerário registrado na ANM sob o n 832.240/2009.

- Embarcações Geonísio Barroso, Yvan Barreto e Haroldo Ramos com hipoteca em garantia ao contrato em favor do BNDES

## 10 Direito de uso e Arrendamento a pagar

A movimentação do direito de uso relativo ao afretamento de terceiros, demonstrada a seguir:

	<u>Direito de Uso</u>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>25.511</b>
Adição	2.380
Remensuração	(773)
Amortização	(9.688)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>17.430</b>

	<u>Direito de Uso</u>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	-
Adição	26.240
Amortização	(729)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>25.511</b>

A Companhia estimou as taxas de desconto com base nas taxas de juros contratadas, e em linha com as taxas observadas no mercado, excluindo do cálculo taxas contratadas que contém subsídio ou subvenção, para o prazo de seu contrato.

Em 31 de dezembro de 2022, a movimentação é demonstrada a seguir:

	<u>Arrendamentos a pagar</u>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>26.016</b>
Adição	2.375
Juros	2.891
Variação cambial	(1.728)
Pagamentos	(10.065)
Remensuração	(773)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>18.716</b>
Circulante	9.373
Não circulante	9.343

Em 31 de dezembro de 2021:

	<u>Arrendamentos a pagar</u>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	-
Adição	26.240
Juros	309
Variação cambial	(533)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>26.016</b>
Circulante	10.662
Não circulante	15.354

A seguir são demonstrados os futuros pagamentos mínimos estimados para o contrato de arrendamento:

	<b>31/12/2022</b>		
	<b>Até um ano</b>	<b>De um a três anos</b>	<b>Total</b>
Contratos de arrendamento	11.257	12.155	23.412
Ajuste a valor presente	(1.884)	(2.812)	(4.696)
	<u>9.373</u>	<u>9.343</u>	<u>18.716</u>

	<b>31/12/2021</b>		
	<b>Até um ano</b>	<b>De um a três anos</b>	<b>Total</b>
Contratos de arrendamento	10.941	19.924	30.865
Ajuste a valor presente	(279)	(4.570)	(4.849)
	<u>10.662</u>	<u>15.354</u>	<u>26.016</u>

## 11 Intangível

A companhia efetuou o teste de recuperabilidade de seus ativos intangíveis, incluindo ágio, para 2022.

A Companhia considera, para efeito de unidades geradoras de caixa:

- 1) A CNA como unidade única geradora de caixa, pois seus ativos podem conter múltiplos arranjos e combinações de composições para cumprir os contratos de transporte de granéis líquidos combustíveis, fonte geradora de receita.
- 2) Na ABN consideramos cada embarcação própria (seja da MLog ou da CNA no caso do Asgaard Sophia) uma Unidade Geradora de Caixa, dado que individualmente estas embarcações têm contratos vinculantes que por si só geram receita.
- 3) Na Morro do Pilar, considera-se o projeto todo como uma única unidade geradora de caixa.

## Consolidado

Custo	<b>31/12/2021</b>		<b>Adições</b>		<b>31/12/2022</b>
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção (i)	265.158		24.744		289.902
Gastos na fase de licenciamento	6.404		-		6.404
Sistema de gestão (ERP)	1.393		-		1.393
Softwares	930		-		930
Intangível adquirido em combinação de negócios (ii)	472.791		-		472.791
Ágio na aquisição (iii)	65.768		-		65.768
	<u>812.444</u>		<u>24.744</u>		<u>837.188</u>
<b>Amortização</b>		<b>Taxa</b>			
Sistema de gestão (ERP)	20%	(1.208)	(48)		(1.256)
Softwares	20%	(930)			(930)
		<u>(2.138)</u>	<u>(48)</u>		<u>(2.186)</u>
		<u>810.306</u>	<u>24.696</u>		<u>835.002</u>

**MLog S.A.**  
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
em 31 de dezembro de 2022

Custo	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção (i)	261.273	3.885	265.158
Gastos na fase de licenciamento	6.404	-	6.404
Sistema de gestão (ERP)	1.268	125	1.393
Softwares	930	-	930
Intangível adquirido em combinação de negócios (ii)	472.791	-	472.791
Ágio na aquisição (iii)	65.768	-	65.768
	<b>808.434</b>	<b>4.010</b>	<b>812.444</b>
<b>Amortização</b>	<b>Taxa</b>		
Sistema de gestão (ERP)	20%	(1.174)	(1.208)
Softwares	20%	(930)	(930)
		(2.104)	(2.138)
		<b>3.976</b>	<b>810.306</b>

- (i) Esses itens, em linha com o IFRS 6 - Exploration For and Evaluation of Mineral Rights, referem-se a gastos incorridos pela Companhia com atividades de exploração e avaliação do seu Projeto de minério de ferro Morro do Pilar, tais como sondagens geológicas, estudos ambientais, teste de qualidade e demais custos afetos a comprovação da qualidade e extensão dos direitos minerários.
- (ii) O saldo de intangível adquirido em combinação de negócios, referente ao excedente pago quando da aquisição da MOPI, alocado aos direitos minerários adquiridos, líquido de *impairment*. Foi realizado na data base em 31/12/2022 o teste de *impairment* para tal intangível, adicionado do gasto com exploração e avaliação de recursos minerários e direitos de prospecção e gastos na fase licenciamento, sem indicação de redução do seu valor recuperável.
- (iii) A rubrica ágio na aquisição é referente a expectativa de rentabilidade futura, registrada quando da aquisição da CNA

## 12 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia é da ordem de R\$ 491 milhões (R\$ 424 milhões em 31/12/2021), e no consolidado R\$ 926 milhões (R\$ 744 milhões em 31/12/2021), sobre o qual a Administração, tendo em vista a ausência de histórico de lucratividade em suas operações e nesse momento, pela falta de expectativa de rentabilidade futura, não registra o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

A reconciliação entre a alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(72.706)	1.777	(73.830)	(5)
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	24.720	(604)	25.102	2
Efeitos de adições e exclusões				
Resultado de equivalência patrimonial	177	(10.450)	-	-
Diferenças temporárias	(14.104)	6.832	(16.201)	2.745
Diferenças permanentes	(750)	8.664	724	7.101
	<b>10.053</b>	<b>4.442</b>	<b>9.625</b>	<b>9.848</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	487	(4.256)	317	(2.760)
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	347	-
Não constituição de ativo diferido pela falta de expectativa de rentabilidade futura	(10.053)	(4.442)	(10.724)	(9.562)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>487</b>	<b>(4.256)</b>	<b>(435)</b>	<b>(2.474)</b>
Alíquota efetiva	<b>0,7%</b>	<b>239,5%</b>	<b>0,6%</b>	<b>494,9%</b>

- (i) As diferenças temporárias referem-se basicamente a provisões operacionais e provisões para contingências.  
(ii) As diferenças permanentes basicamente compreendem depreciação do custo atribuído (ICPC 10), AFRMM tributado em outra entidade e AFRMM não tributado para fins de contribuição social.

O imposto de renda diferido passivo refere-se a ganho registrado contabilmente em períodos anteriores e tributável em períodos futuros com base em sua realização financeira. Esse ganho é decorrente da renegociação da dívida relativa à aquisição da CNA.

## 13 Partes relacionadas

### Transações entre partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas na data dessas demonstrações financeiras estão relacionados abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Ativo</b>				
Não circulante				
Patricia Tendrich Pires Coelho (i)	485	296	485	411
Maverick Holding S.A.(ii)	1.041	98.359	1.041	99.242
Morro do Pilar Minerais S.A.	23.345	616	-	-
Bourbon Offshore Marítima	-	-	19	18
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b><u>24.871</u></b>	<b><u>99.271</u></b>	<b><u>1.545</u></b>	<b><u>99.671</u></b>
<b>Passivo</b>				
Fjords Limited (iii)	41.223	39.579	41.223	39.579
<b>Total do passivo circulante</b>	<b><u>41.223</u></b>	<b><u>39.579</u></b>	<b><u>41.223</u></b>	<b><u>39.579</u></b>
Companhia de Navegação da Amazônia	135.311	96.118	-	-
Asgaard Bourbon Navegação S.A.	37.816	31.506	-	-
Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	10.000	-	-	-
Bourbon Offshore Marítima S.A.	-	5.937	242	11.253
<b>Total do passivo não circulante (iv)</b>	<b><u>183.127</u></b>	<b><u>133.561</u></b>	<b><u>242</u></b>	<b><u>11.253</u></b>
<b>Total do passivo</b>	<b><u>224.350</u></b>	<b><u>173.140</u></b>	<b><u>41.465</u></b>	<b><u>50.832</u></b>

Considera os valores de juros e atualização monetária da dívida de acionista classificada no Patrimônio Líquido, os quais foram integralmente provisionados a partir de 2022 (Nota Explicativa nº 1).

- (i) O mútuo entre a MLog e Patricia Tendrich Pires Coelho (detentora de participação indireta na Companhia) no valor de R\$ 485 é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano. Em função da ausência de data de vencimento esse saldo está registrado no não circulante.
- (ii) O mútuo entre a MLog e Maverick Holding S.A. (acionista da MLog) no valor de R\$ 1.041, é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano. Em função da ausência de data de vencimento esse saldo está registrado no não circulante.
- (iii) Conselho de Administração da MLog aprovou a celebração de mútuo na modalidade de “empréstimo externo”, nos moldes da Lei 4.131/62, com a Fjords Limited (acionista da MLog), no valor total principal de US\$ 6.950, corrigido à taxa de 12% ao ano, que em 31/12/2022 perfaz R\$ 41.223, tendo como garantia a cessão fiduciária relativa aos seguintes recebíveis:
- RSV Bourbon Evolution 808: Contrato de afretamento por tempo determinado, celebrado entre ABN e Petrobras;
  - OSRV ABN Sophia: Contrato de afretamento a casco nu, celebrado entre CNA e ABN;
  - AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barreto: Contratos de afretamento a casco nu, celebrados entre MLog e ABN;
  - AHTS Haroldo Ramos: Contrato de afretamento a casco nu, celebrado entre MLog e BOM.
- (iv) A controladora apresenta passivos não circulantes com suas controladas CNA, ABN e CDNC. Na CNA o valor, refere-se a Notas Promissórias e Mútuos utilizados para gestão de caixa conjunto, incluído o passivo constituído nas ocasiões de pagamentos de parcelas de financiamentos da controladora com BNDES por meio



de crédito de AFRMM gerados pela CNA. No caso da ABN refere-se as Notas promissórias para gestão de caixa conjuntas. Na CDNC trata-se de Nota Promissória com vencimento para 10 anos utilizada para aumento de capital. Todas as Notas Promissórias entre as empresas do grupo são remuneradas aos juros de 10% ao ano sem vencimento estabelecido.

Adicionalmente às transações acima, porém não envolvendo mútuos e notas promissórias, a Administração destaca abaixo as seguintes transações com partes relacionadas:

- A controladora da Companhia, Maverick Holding, é avalista da totalidade da dívida referente à aquisição da CNA. A existência deste aval foi fundamental para a conclusão da operação e a Maverick Holding optou por não cobrar à Companhia por esta garantia.
- Conforme divulgado na Nota Explicativa nº1, a Maverick Holding assumiu a obrigação de pagamento à MLog pela revenda da Marsil à Boicauva em função do Instrumento Particular de Rescisão, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 116.174. O montante original da dívida, no valor de R\$ 50.000, está contabilizado no Patrimônio Líquido da Companhia e o restante, referente a sua atualização histórica, permanece no Ativo da Companhia com provisão para perdas sobre o seu valor integral. A Companhia ingressou com execução judicial contra a Maverick Holding, razão pela qual do saldo apresentado no ativo não circulante. Essa execução judicial tem valor total atualizado de R\$ 316.738 e engloba também as parcelas subscritas e ainda não integralizadas do capital social da Companhia.

Em que pese o deferimento das consultas ao Bacenjud, Infojud e Renajud, em 06.02.2023, foi proferida sentença julgando o processo extinto sem resolução de mérito, em razão da existência de cláusula arbitral no Estatuto Social da MLog, com condenação de honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da causa. A MLog apresentou embargos de declaração, o qual teve o seu provimento por não ter sido considerada a via adequada para tal. A Companhia apresentará recurso para dar seguimento ao processo.

#### Receitas (despesas) financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrícia Tendrich Pires Coelho	68	26	74	36
Maverick Holding S.A.	115	25.011	158	25.089
Asgaard Bourbon Navegação S.A.	(331)	(549)	-	-
Bourbon Offshore Marítima S.A.	(6)	(36)	(51)	(74)
Companhia de Navegação da Amazônia	(1.450)	(1.028)	-	-
Morro do Pilar Minerais S.A.	11	6	-	-
Fjords Limited	(4.076)	(795)	(4.076)	(795)
	<u><b>(5.669)</b></u>	<u><b>22.635</b></u>	<u><b>(3.895)</b></u>	<u><b>24.256</b></u>

#### Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera todos os atuais diretores e membros do Conselho de Administração como pessoal-chave da Administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração desses diretores e membros do Conselho de Administração foi, respectivamente, de R\$ 5.057 e R\$ 1.486 (R\$ 5.332 e R\$ 1.102 em 31 de dezembro de 2021).

A remuneração global da Administração, para o período de 01/05/2022 a 30/04/2023, em até R\$ 11.400, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de julho de 2022.

## 14 Fornecedores

O saldo consolidado de R\$ 34.151 em 31/12/2022 (R\$ 16.874 em 31/12/2021) refere-se basicamente a fornecedores de serviços e materiais utilizados pelas empresas do grupo em suas operações.

## 15 Empréstimos e financiamentos

CIRCULANTE				Consolidado	
Empresa	Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)	31/12/2022	31/12/2021
MLog	BNDES	Financiamento	Pré-fixada	18.898	42.175
ABN	Sifra	Capital de giro	Pré-fixada	12.307	-
CNA	Banco BASA	Capital de giro	Pós-Fixada	820	1.123
CNA	Banco Itaú	Capital de giro	Pré-fixada	-	985
CNA	Banco do Brasil	Capital de giro	Pós-Fixada	2.088	651
CNA	Banco Sifra	Capital de giro	Pré-fixada	272	735
CNA	Banco ABC	Capital de giro	Pré-fixada	1.758	1.765
				<b>36.143</b>	<b>47.434</b>
NÃO CIRCULANTE					
Empresa	Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)		
MLog	BNDES	Financiamento	Pré-fixada	29.773	23.780
CNA	Banco BASA	Capital de giro	Pós-Fixada	3.464	4.571
CNA	Banco do Brasil	Capital de giro	Pré-fixada	2.834	-
CNA	Banco ABC	Capital de giro	Pré-fixada	2.128	3.843
				<b>38.199</b>	<b>32.194</b>
				<b>74.342</b>	<b>79.628</b>

Os saldos de empréstimos e financiamentos da controladora se referem ao que consta identificado como MLog na tabela acima.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em decorrência da aquisição dos três AHTS, a Companhia assumiu a dívida referente ao financiamento destas embarcações junto ao BNDES. Este financiamento é atualizado com base na variação do dólar dos Estados Unidos, tem taxa de juros pré-fixada de 5% ao ano tendo seu prazo de vencimento final estendido para abril de 2025.

Os demais empréstimos são denominados em reais, com remuneração à taxa média anual de 7,01%. Os empréstimos com taxas pós-fixadas têm sua remuneração atrelada ao CDI.

A controlada ABN figura como terceiro garantidor do empréstimo tomado pela CNA junto ao Banco ABC. Tal garantia se deu por meio da cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da ABN, relativos ao contrato de prestação de serviços ao seu cliente Petrobras.

A Companhia e sua controlada CNA possuem empréstimos e financiamentos com garantias que não contêm cláusulas contratuais restritivas financeiras (“covenants”), apenas cláusulas restritivas com obrigações acessórias de envio de informações e manutenção de contas movimento para seu faturamento garantidor de operações de crédito, todas plenamente cumpridas em 31 de dezembro de 2022.

## 16 Obrigações na aquisição de investimentos

Esta conta é referente a obrigações de pagamento assumidas quando da aquisição da totalidade das ações da controlada CNA.

O Grupo Libra, credor destas obrigações na aquisição de investimentos e também responsável por potenciais passivos da CNA, encontra-se em Recuperação Judicial. O crédito do Grupo Libra junto à MLog era parte de seu Plano de Recuperação Judicial aprovado.

Em 26 de dezembro de 2019, conforme Plano de Recuperação Judicial aprovado, o Grupo Libra efetuou dação em pagamento aos seus credores originais destas Obrigações na aquisição de Investimentos devida pela MLog. O Instrumento de Dação em Pagamento do Grupo Libra aos seus credores continha cláusula suspensiva que vinculava a efetivação desta dação à aprovação da MLog, ocorrida em janeiro de 2020. Com esta aprovação, os credores originários do Grupo Libra passaram a ser credores destas obrigações.

Os bancos Bradesco (29,3%) e Itaú (36,5%) perfazem aproximadamente 65% do total desses créditos.

Em 31/03/2020, o Fundo de Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (FIDC Atacado), na qualidade de cessionário e sucessor processual do Banco Santander, detentor de 26,3% do direito sobre a dívida da MLog pela aquisição da CNA, cedeu a totalidade de seu direito a Geribá Participações SPE-2 Ltda. (Geribá) e esta, em 30/10/2020, cedeu o direito aos créditos a Rio Alva Participações S.A. (Rio Alva). Nesta mesma data, a Companhia e suas subsidiárias ABN e CNA realizaram um acordo de pagamento com este credor que envolveu: (i) pagamento de R\$ 3.000 na data da Confissão de Dívida, (ii) pagamento de duas parcelas adicionais em 30 de abril de 2021 e 30 de outubro de 2021, totalizando R\$ 3.000, além da dação em pagamento de cinco embarcações operacionais da CNA.

A posse das referidas embarcações foi transferida à Rio Alva entre 03 de março e 02 de abril de 2021, cujo saldo contábil líquido de depreciação montava a R\$ 4.187, estando ainda pendentes movimentos jurídicos e notariais não impeditivos para a transferência de suas efetivas propriedades.

Em 22 de setembro de 2021, a Companhia divulgou fato relevante, informando ter concluído a assinatura dos instrumentos de confissão de dívida celebrados com os bancos Itaú e Bradesco para a renegociação da dívida decorrente da aquisição da CNA, cujo pagamento ocorrerá em 64 e 44 parcelas, respectivamente, e para ambos os acordos a última parcela vencerá em 28/02/2028. Estas dívidas terão juros remuneratório equivalentes à taxa DI, acrescida de 2% ao ano e terão como garantias:

- Hipoteca em segundo grau (dada a hipoteca em primeiro grau já constituída em benefício do BNDES) das três embarcações AHTS;
- Cessão fiduciária dos recebíveis advindos dos contratos de prestação de serviços da ABN junto a Petrobras, relativamente aos três AHTS, após a liquidação da dívida com o BNDES, atualmente garantida por tais recebíveis;
- Cessão fiduciária da integralidade de certos recebíveis da CNA, relativos à prestação de serviço de transporte fluvial; e
- Saldo dos recebíveis após o pagamento dos serviços da dívida junto ao Banco ABC S.A. (Nota Explicativa nº 15), oriundos do contrato de prestação de serviços celebrado entre ABN e Petrobras, relativamente a embarcação Asgaard Sophia.

Em decorrência do acordo celebrado com os bancos Itaú e Bradesco, a Companhia auferiu ganho de R\$ 26.997, cujo efeito foi registrado na rubrica Outras Receitas e Despesas Operacionais.

Em 14/02/2022, a Companhia concluiu a assinatura do instrumento de confissão de dívida celebrado com Guilherme Jamas Bolina (Bolina) cujo pagamento ocorrerá em 43 parcelas com a última vencendo em 31/07/2028. Este acordo auferiu ganho de R\$ 1.341, registrado na rubrica de Outras Receitas e Despesas Operacionais, (Nota Explicativa nº 28).

Em 07/05/2022, a Companhia concluiu a assinatura do instrumento de confissão de dívida celebrado com Renan Maracaípe Rego (Maracaípe Rego) cujo pagamento ocorrerá em 43 parcelas com a última vencendo em 31/10/2028. Este acordo auferiu ganho de R\$ 97, registrado na rubrica de Outras Receitas e Despesas Operacionais, (Nota Explicativa nº 28).

Ainda, em 13/07/2022, a Companhia concluiu a assinatura de seis instrumentos de confissão de dívida celebrados com o BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM cujos pagamentos ocorrerão em 43 parcelas com a última vencendo em 31/10/2028. Este acordo auferiu ganho de R\$ 178.

Na aquisição da CNA, o Grupo Libra assumiu contratualmente perante a Companhia a responsabilidade pelo pagamento de passivos de natureza diversas existentes na CNA até a data de sua aquisição, no valor de R\$ 78 (R\$ 933 em 31/12/2021).

O quadro abaixo apresenta a movimentação da dívida na data dessas demonstrações financeiras:

Composição do preço de aquisição	Saldo em 31/12/2021	Juros, Multas e Adições	Acordo com credor	Liquidações	Saldo em 31/12/2022	Circulante	Não circulante
Parcela Original	132.755	984	-	-	<b>133.739</b>	-	-
Acordo com credor	(62.243)	7.003	(2.104)	(16.713)	<b>(74.057)</b>	14.507	45.175
	<b>70.512</b>	<b>7.987</b>	<b>(2.104)</b>	<b>(16.713)</b>	<b>59.682</b>	<b>14.507</b>	<b>45.175</b>

Segue para fins comparativos a movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Composição do preço de aquisição	Saldo em 31/12/2020	Juros, Multas e Adições	Ajuste de contraprestação contingente	Acordo com credor	Liquidações	Saldo em 31/12/2021	Circulante	Não circulante
Parcela inicial	52.877	1.841	-	-	-	<b>54.718</b>	54.460	258
Parcela adicional	35.886	1.537	-	-	-	<b>37.423</b>	36.339	1.084
Parcela "earn out"	38.971	1.601	42	-	-	<b>40.614</b>	30.186	10.428
Acordo com credor	(28.142)	3.548	-	(26.997)	(10.652)	<b>(62.243)</b>	(109.358)	47.115
	<b>99.592</b>	<b>8.527</b>	<b>42</b>	<b>(26.997)</b>	<b>(10.652)</b>	<b>70.512</b>	<b>11.627</b>	<b>58.885</b>

## 17 Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia juntamente com suas controladas Asgaard e CNA, são partes em determinadas ações judiciais. Os processos judiciais categorizados com chances prováveis de perda, estão registrados contabilmente e referem-se a determinadas ações cíveis e trabalhistas devidas pela controlada CNA, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20.

Segue abaixo tabela com o valor total das outras causas judiciais as quais os assessores legais avaliam o prognóstico de perda como possível. O valor total da causa pode não estar diretamente relacionado ao risco da Companhia, conforme explicação individual dos principais processos abaixo.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	-	-	121	667
Tributária	-	-	6	21
Ambiental	-	-	16.099	14.406
Cível	36.336	18.402	36.336	37.627
Administrativo	-	-	16.188	19.551
	<b>36.336</b>	<b>18.402</b>	<b>68.750</b>	<b>72.272</b>

Dentre essas causas possíveis, a Administração destaca abaixo os principais processos judiciais envolvendo a Companhia e suas subsidiárias, que não foram registrados nas informações financeiras individuais e consolidadas:

No. Processo	Tipo	Autor	Natureza	Valor da Causa Atualizado (R\$)	Chances de perda
10283.721485/2012-45	Administrativo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus – AM/DRF/AM	Autuação Federal	2.826	Possível
10283.720968/2013-11	Administrativo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus – AM/DRF/AM	Autuação Federal	13.262	Possível
0078416-72.2014.4.01.3800	Ambiental	Ministério Público Federal	Ação Civil Pública	16.099	Possível
0032202-20.2008.814.0301	Cível	Odete Cunha Lobato Benchimol E Elias Isaac Benchimol	Cível	19.225	Possível
0000790-63.2021.5.08.0013	Reclamação Trabalhista	JKMR	Trabalhista	121	Possível
0131112-89.2020.8.19.0001	Cível	MLog	Execução	16.993	Possível

Processo Administrativo nº 10283.720968/2013-11: Refere-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal em Manaus em face da CNA, por ter supostamente apurado IRPJ e CSLL a menor no ano-calendário de 2010, bem como recolhimento de PIS e COFINS a menor nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. A CNA apresentou impugnação, que foi admitida, em 07/08/2019, para cancelar o auto de infração lavrado. Aguarda-se o julgamento pelo CARF do recurso de ofício interposto em 28/08/2019. Eventual perda gerada para a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra.

Processo nº 0078416-72.2014.4.01.3800: Trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra a Morro do Pilar Minerais S.A. e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em 2014, objetivando sobrestar os efeitos da anuência expedida pela Autarquia Federal para fins de futura supressão de fragmentos florestais inseridos no Bioma Mata Atlântica, em decorrência do licenciamento ambiental do projeto de lavra e beneficiamento de minério de ferro a ser desenvolvido pela empresa no Município de Morro do Pilar, no Estado de Minas Gerais. O processo aguarda realização de perícia.

Processo nº 0032202-20.2008.814.0301: Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais, bem como lucros cessantes, ajuizada em 2008 por Odete Cunha e outro em face da Companhia de Navegação da Amazônia (CNA), em razão de suposta ocupação indevida de terreno, sobre o qual fora concedido licença de ocupação à CNA, por terceiro legítimo que ocupava o imóvel. Foi proferida sentença, por meio da qual foi julgada procedente a pretensão autoral. Posteriormente, foi dado provimento ao nosso recurso de apelação para julgar improcedente a pretensão autoral em relação à CNA. Em sede de embargos de declaração reestabeleceu-se a sentença. Atualmente aguarda-se julgamento do recurso especial. Eventual perda gerada para a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra.

Processo nº 0131112-89.2020.8.19.0001: Trata-se de ação de execução de título executivo extrajudicial ajuizada pela MLog em face de Maverick Holding S.A. e Patricia Coelho em virtude do descumprimento da

obrigação de integralização das ações de emissão da MLog subscritas pela Maverick Holding S.A. em operação de aumento de capital, tendo a Patricia Coelho como fiadora. Em que pese o deferimento das consultas ao Bacenjud, Infojud e Renajud, em 06.02.2023, foi proferida sentença julgando o processo extinto sem resolução de mérito, em razão da existência de cláusula arbitral no Estatuto Social da MLog, com condenação de honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da causa. A MLog apresentou embargos de declaração, o qual teve o seu provimento por não ter sido considerada a via adequada para tal. A Companhia apresentará recurso para dar seguimento ao processo.

Procedimento arbitral sigiloso: Trata-se de procedimento arbitral instaurado pela ABN em face da Petrobras, em razão da não entrega da embarcação BE 808 no prazo acordado contratualmente, tendo em vista a impossibilidade de acordo com a Petrobras. A ABN apresentou as alegações iniciais em 10.02.2023 e o procedimento encontra-se em andamento.

Por fim, destaca-se a exclusão do processo administrativo nº 02044.010011/2016-92 do quadro acima, tendo em vista o recebimento no dia 22.03.2023 da decisão de improcedência do recurso apresentado, com a manutenção da multa originariamente aplicada no valor histórico de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). A Companhia poderá realizar o pagamento ou propor ação judicial em face da decisão administrativa.

## **18 Compromissos assumidos**

Em decorrência da Licença Prévia ao Projeto Morro do Pilar concedida pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM em 06/11/2014, deveriam ser satisfeitas uma série de condicionantes e outras obrigações legais até novembro de 2019, para a formalização do pedido de concessão da Licença de Instalação - LI. Estas condicionantes e estudos necessários para o Protocolo da LI foram concluídas em 2019 e a Companhia formalizou o pedido de LI junto aos órgãos governamentais.

Após o referido protocolo e antes da efetiva concessão da Licença de Instalação - LI, a Companhia incorrerá em gastos e investimentos adicionais como compra de terras, compensações ambientais e outros, cujos valores finais dependerão de negociações entre a Companhia e terceiros.

Quanto à compensação de que trata o artigo 36 da Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC), o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade está limitado a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.

Dessa forma, o valor final a ser pago vincula-se ao total de investimentos na implantação da mina, a depender do arranjo de projeto pretendido pela empresa no tocante à produção bruta anual estimada. Definida a compensação, o valor deverá ser pago em até 4 parcelas mensais, sendo a primeira até 30 dias após a concessão da Licença de Implantação - LI, conforme Decreto Estadual nº 45.175/2009. Com base na documentação legal relacionada a este tema, a Companhia estima o valor desta compensação em aproximadamente R\$ 30.000 (não auditado).

Em 07/02/2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Morro do Pilar, o qual tem como objeto, a execução por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento mineral da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 47.500, com desembolsos já efetuados pela Companhia no montante de R\$ 15.923 em 2020. A quitação da parcela remanescente de desembolso determinado no acordo de aproximadamente R\$ 32 milhões será efetuada somente após a concessão da Licença de Instalação (LI), quando esse passará a ser devido e registrado como uma obrigação.

Em 08/08/2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Santo Antônio do Rio Abaixo (SARA), o qual tem como objeto, a execução por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento mineral da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 10.200, com desembolsos de R\$ 1.465 efetuados em 2020. A parcela

remanescente de desembolsos determinado no acordo de aproximadamente R\$ 9 milhões será efetuado somente após a concessão da Licença de Instalação (LI), quando esse passará a ser devido e registrado como uma obrigação.

## 19 Provisões para contingências trabalhistas e operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Passivo circulante</b>				
Contingências trabalhistas	1.003	1.003	1.040	1.003
Servidão de passagem	-	-	1.642	1.642
Outros	-	30	138	30
	<b>1.003</b>	<b>1.033</b>	<b>2.820</b>	<b>2.675</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Provisões operacionais	3.430	3.239	5.428	4.573
Contingências trabalhistas	-	-	924	1.038
	<b>3.430</b>	<b>3.239</b>	<b>6.352</b>	<b>5.611</b>
	<b>4.433</b>	<b>4.272</b>	<b>9.172</b>	<b>8.286</b>

Os valores provisionados em 31 de dezembro de 2022 referem-se a: (i) segunda parcela de acordos de servidão de passagem de mineroduto, no valor de R\$ 1.642 (R\$ 1.642 em 31/12/2021) registrado na controlada Dutovias, devido quando da regularização cartorial pelos proprietários dos imóveis servientes, (ii) provisões para contingências trabalhistas de R\$ 1.003 (R\$ 1.003 em 31/12/2021) registrado na controladora e R\$ 37 na controlada CNA referente às ações cíveis e trabalhistas, (iii) 138 (0 em 31/12/2021) na controlada CDNC referente a auto de inflação do contrato de adesão para construção de terminal portuário.

O valor de R\$ 6.352 (R\$ 5.611 em 31/12/2021) registrado no passivo não circulante, R\$ 924 (R\$ 1.038 em 31/12/2021) refere-se às ações cíveis e trabalhistas na controlada CNA os quais as chances de perda foram categorizadas como prováveis, R\$ 3.430 (R\$ 3.239 em 31/12/2021), na controladora, R\$ 1.452 (R\$ 888 em 31/12/2021) na controlada Morro do Pilar, R\$ 562 (R\$ 446 em 31/12/2021) na controlada ABN em 31 de dezembro de 2022, referem se a Provisões Operacionais.

Com relação ao processo judicial com a empresa Boa Sorte Ltda., em 11/09/2020, foi proferida sentença julgando extinta a execução sem resolução de mérito, tendo em vista a divergência entre as partes em relação ao valor devido e a existência de Cláusula de Convenção Arbitral. Aguardava-se julgamento de recurso de apelação. Em 2021 foi iniciada a arbitragem entre as partes. Em 17/05/2021, os efeitos da decisão de primeira instância foram suspensos e a execução voltou a prosseguir. Em 09/06/2021, foi proferida decisão do STJ suspendendo novamente a execução. Em 03 de agosto de 2022 foi assinado um acordo para resolução deste litígio mediante pagamento de valor acordado entre as partes, no momento em fase repactuação do cronograma de pagamento. O montante de R\$ 22.202, antes registrado em provisões atualmente encontra-se registrado em contas a pagar. Considerando que o montante a ser pago quita a aquisição de direitos minerários atualmente registrado na MOPI, constitui-se um ativo recebível na controladora como contrapartida da quitação desse ativo intangível a ser realizada pela MOPI.

## 20 Patrimônio líquido

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social subscrito da Companhia é representado por 2.899.712 ações ordinárias conforme abaixo detalhado:

Acionistas	31/12/2022		31/12/2021	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Maverick Holding S.A.	1.539.186	53,08	1.539.186	53,08
Fjords Limited	781.646	26,96	781.646	26,96
Fábrica Holding S.A.	154.072	5,31	154.072	5,31
Outros	424.808	14,65	424.808	14,65
	<b>2.899.712</b>	<b>100,00</b>	<b>2.899.712</b>	<b>100,00</b>

Nos termos da reforma do Estatuto Social, aprovada na AGE de 26 de agosto de 2015, o capital social da Companhia poderá ser aumentado por deliberação adotada pelo Conselho de Administração, independentemente de alteração do Estatuto Social, até que alcance 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias. O Conselho de Administração poderá estipular a quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e emissão.

No terceiro trimestre de 2021 o então acionista Korea Investment Corporation alienou suas ações à Fjords Limited, que já constava no quadro de acionistas da Companhia. A Fjords Limited que até então detinha 18,51% das ações da MLog passou a deter 26,96% das ações da Companhia.

### (Prejuízo) por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do (prejuízo) básico por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado atribuído aos detentores das ações	(72.219)	(2.479)
Ações em circulação (média ponderada)	2.899.712	2.899.712
Resultado por ação - básico e diluído - em reais (*)	<b>(24,91)</b>	<b>(0,85)</b>

(\*) A Companhia não tem instrumentos financeiros diluidores, bem como o lucro (prejuízo) do exercício não gera efeito diluidor.

### Capital a integralizar

Trata-se de parcelas subscritas e não integralizadas do capital social da Companhia, no valor de R\$ 85.262, e que por estarem vencidas foram objeto de execução judicial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 13.

### Custo na captação de recursos

Os custos com advogados, consultores, publicidade, outros serviços e o imposto sobre essas operações (IOF), foram pagos pela Companhia e contabilizados como custo de captação de recursos no patrimônio líquido.



## Reserva de capital

A reserva de capital no valor de R\$ 7.211 refere-se à integralização de capital devida por acionista controlador.

## Resultados abrangentes

O resultado abrangente do período é referente as variações patrimoniais ocorridas na ABN da redução do capital, conforme demonstrado na Nota Explicativa 2.

## Dívida de acionista

O valor de R\$ 50.000 refere-se a reclassificação de dívida com acionista antes compreendida como contas a receber *intercompany* atualmente reclassificada para patrimônio líquido conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

## 21 Receita líquida e custo e despesas dos serviços prestados

As receitas e os correspondentes custos realizados pela subsidiária ABN referentes a embarcação ABN Sophia, pela subsidiária CNA e pela Companhia relativamente ao afretamento dos três AHTS adquiridos em 30/12/2020 são demonstradas abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Receitas</b>				
Afretamento de embarcações	32.585	30.352	198.065	67.163
Transporte de cargas	-	-	69.001	59.629
<b>Receita Bruta</b>	<b><u>32.585</u></b>	<b><u>30.352</u></b>	<b><u>267.066</u></b>	<b><u>126.792</u></b>
<b>Deduções</b>				
PIS e COFINS	(3.014)	(2.808)	(26.343)	(10.722)
ICMS	-	-	(5.181)	(5.564)
Outros	-	-	(283)	(700)
<b>Receita líquida</b>	<b><u>29.571</u></b>	<b><u>27.544</u></b>	<b><u>235.259</u></b>	<b><u>109.806</u></b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>				
Pessoal	-	-	(92.314)	(34.471)
Afretamento	-	-	(1.344)	(2.181)
Depreciação	(13.532)	(8.322)	(25.546)	(22.125)
Locações	-	-	(1.813)	(484)
Materiais	-	-	(68.975)	(30.495)
Seguros	-	-	(5.098)	(2.876)
Serviços	-	-	(16.734)	(7.051)
Resultado econômico (i)	(18.357)	-	-	-
Amortização de arrendamentos	-	-	(9.688)	(729)
Outros	-	-	(6.497)	(3.463)
	<b><u>(31.889)</u></b>	<b><u>(8.322)</u></b>	<b><u>(228.009)</u></b>	<b><u>(103.875)</u></b>
<b>Resultado bruto</b>	<b><u>(2.318)</u></b>	<b><u>19.222</u></b>	<b><u>7.250</u></b>	<b><u>5.931</u></b>

- (i) Contrapartida em transação negocial relativa ao equilíbrio dos pagamentos de afretamentos em valores superiores ao resultado operacional auferido das embarcações operadas pela ABN e pertencentes à MLog ou controladas.

As informações sobre natureza dos custos e despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Pessoal	(7.360)	(7.179)	(112.620)	(51.207)
Afretamento	-	-	(1.344)	(2.181)
Depreciação	(13.693)	(8.435)	(25.958)	(22.528)
Locações	(361)	(483)	(2.720)	(1.259)
Materiais	-	-	(68.975)	(30.495)
Seguros	-	-	(5.098)	(2.876)
Serviços	(3.458)	(3.633)	(21.570)	(11.373)
Remissão de dívida	2.104	26.997	2.104	26.997
Processos judiciais	(52)	-	(52)	-
Ajuste de contraprestação contingente	-	(42)	-	(42)
Provisões (ii)	(46.932)	(3.239)	(48.536)	(4.573)
Resultado econômico (i)	(18.357)	-	-	-
Baixa de imobilizado	-	(22)	-	(4.207)
Amortização de arrendamentos	-	-	(9.688)	(729)
Outros	(735)	(1.677)	(9.575)	(10.610)
	<b>(88.844)</b>	<b>2.287</b>	<b>(304.032)</b>	<b>(115.083)</b>
Custos dos serviços prestados	(31.889)	(8.322)	(228.009)	(103.875)
Despesas operacionais	(12.574)	(13.612)	(34.159)	(29.524)
Outras receitas operacionais	(44.381)	24.221	(41.864)	18.316
	<b>(88.844)</b>	<b>2.287</b>	<b>(304.032)</b>	<b>(115.083)</b>

- (i) Contrapartida em transação negocial relativa ao equilíbrio dos pagamentos de afretamentos em valores superiores ao resultado operacional auferido das embarcações operadas pela ABN e pertencentes à MLog ou controladas.
- (ii) Provisão constituída para o montante de atualização e juros da dívida com acionista, conforme descrita na Nota Explicativa nº 1, dentre outras provisões.

Ao longo de 2022 a controlada ABN passou a operar além do OSRV ABN Sophia as embarcações AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barreto, além do WSSV Stim Star Arabian Gulf, o que demandou maior aplicação de materiais em sua operação, no comparativo com 2021.

## 22 Receitas financeiras

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	6	97	100
Atualização de impostos a recuperar	252	-	443	39
Juros sobre empréstimo <sup>1</sup>	194	25.043	262	25.211
Variação cambial	6.910	608	8.871	1.141
	<b>7.356</b>	<b>25.657</b>	<b>9.673</b>	<b>26.491</b>

<sup>1</sup>- Considera valores de juros e atualização monetária da dívida de acionista, que foram integralmente provisionados a partir de 2022 (Nota explicativa nº 1).

A rubrica juros sobre empréstimo refere-se basicamente à atualização da dívida da controladora Maverick Holding com a MLog, conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1 e 13.

## 23 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(11.783)	(4.947)	(15.228)	(6.869)
Juros na aquisição de investimento	(8.423)	(8.527)	(8.423)	(8.527)
Variação cambial	-	(6.179)	(10)	(6.224)
Juros AVP Arrendamentos	-	-	(2.891)	(309)
Encargos bancários	(43)	(36)	(43)	(335)
Multas e juros	(165)	(2.567)	(3.464)	(2.035)
Outros	(895)	(720)	(1.811)	(736)
	<b>(21.309)</b>	<b>(22.976)</b>	<b>(31.870)</b>	<b>(25.035)</b>

## 24 Instrumentos financeiros

### Classificação por categoria

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preço cotado (não ajustado) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 estão relacionados abaixo:

Ativos e passivos financeiros	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor contábil	Valor justo	Categoria	Valor contábil	Valor justo	Valor Justo
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	2.282	2.282	Custo amortizado	1.410	1.410	Custo amortizado
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	1.856	1.856	Custo amortizado	-	-	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	25.033	25.033	Custo amortizado	20.326	20.326	Custo amortizado
Partes relacionadas	1.545	1.545	Custo amortizado	99.671	99.671	Custo amortizado
Direitos na transação negocial	78	78	Custo amortizado	933	933	Custo amortizado
Outros créditos	3.315	3.315	Custo amortizado	3.015	3.015	Custo amortizado
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	34.151	34.151	Custo amortizado	16.874	16.874	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	74.342	74.342	Custo amortizado	79.628	79.628	Custo amortizado
Partes relacionadas	41.465	41.465	Custo amortizado	50.832	50.832	Custo amortizado
Obrigações na aquisição de investimentos	59.682	59.682	Custo amortizado	70.512	70.512	Custo amortizado

Na avaliação dos instrumentos financeiros, a Companhia não identificou diferenças significativas entre o valor mensurado e o valor justo dos seus ativos e passivos financeiros.

### **Gestão de capital**

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 podem ser assim sumariados:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Dívida líquida	173.207	199.562
Total do patrimônio líquido	711.670	823.397
Capital total	884.877	1.022.959
Índice de alavancagem financeira - %	19,57	19,51

### **Risco de Mercado e Gestão de riscos**

Riscos de mercado são potenciais alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, bem como riscos de crédito e liquidez. Oscilações no mercado irão afetar os resultados, liquidez e valor dos instrumentos financeiros da Companhia.

A Administração entre suas atribuições procura gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno aos seus acionistas. As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa. A prática estabelece critérios de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais e de taxas de juros.

Os principais fatores de risco que poderiam afetar o negócio da Companhia são sumarizados abaixo:

#### ***Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros que sujeitam a riscos de crédito referem-se, substancialmente, às suas disponibilidades registradas em caixa e equivalentes de caixa (com instituições financeiras), contas a receber (clientes comerciais) e recebíveis de partes relacionadas.

#### ***Contas a Receber***

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, adotando como práticas somente negociar com clientes que possuam capacidade de crédito entendidas como suficientes.

O principal cliente do Grupo, que em 31 de dezembro de 2022 representava 85% dos recebíveis e 40% da receita líquida de vendas (50% e 36% em 31 de dezembro de 2021 respectivamente), vêm operando com a Companhia por longa data, e nenhum de seus recebíveis foi baixado ou apresentou histórico de inadimplência.

Adicionalmente, não há histórico de securitização dos nossos créditos.

### ***Caixa e Equivalente de Caixa***

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4, o saldo em 31 de dezembro de 2022 de caixa e equivalentes de caixa, refere-se em sua maioria a recursos disponíveis mantidos em caixa ou crédito contra instituições financeiras que possuem rating em escala nacional entre AA – e AA+, baseado na agência de rating S&P.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Sendo assim, não há indicativos de *impairment* baseado nessa exposição de risco.

Todas as operações são realizadas com instituições de reconhecida liquidez e em linha com a práticas de tesouraria e administração de caixa da Companhia.

### ***Risco de taxa de juros***

Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações negativas nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas às suas obrigações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 92% dos empréstimos e financiamentos estavam atrelados à taxa de juros pré-fixadas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 15. A Companhia atualmente não realiza operações de hedge, incluindo swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Adicionalmente, existe o risco da queda de juros atrelada ao CDI impactar também negativamente a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia (Nota Explicativa nº 4) gerando assim uma redução do nível de receita sobre aplicações financeiras.

### ***Risco cambial***

Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações negativas nas taxas de câmbio que aumentem os valores a pagar em decorrência de empréstimos atrelados a moedas estrangeiras.

Atualmente 81,6% dos valores de empréstimos de curto e longo prazo contraídos pela Companhia com instituições terceiras estão atrelados ao dólar americano. A Companhia faz uma avaliação da sensibilidade do dólar americano para mensurar sua exposição e risco.

### ***Risco de liquidez***

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar seus passivos (principalmente dívidas). A Companhia e suas controladas procuram alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e assim gerar a necessidade de maior alavancagem financeira. Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 1, onde a Administração divulga sobre a situação de capital circulante negativo, seus impactos potenciais nas operações e na gestão de tesouraria, bem como as medidas sendo tomadas para a sua melhoria.

O quadro abaixo detalha o prazo de vencimento dos principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas na data dessas demonstrações financeiras consolidadas:

	<b>Consolidado</b>			<b>Total</b>
	<b>Até um ano</b>	<b>De um a três anos</b>	<b>Mais de três anos</b>	
Empréstimos e financiamentos	65.916	8.426	-	<b>74.342</b>
Fornecedores	32.664	1.487	-	<b>34.151</b>
Contrato de arrendamento	11.517	7.199	-	<b>18.716</b>
Partes relacionadas	41.223	242	-	<b>41.465</b>
Obrigações na aquisição de investimentos	14.507	10.196	34.979	<b>59.682</b>
	<b>133.910</b>	<b>59.467</b>	<b>34.979</b>	<b>228.356</b>

Segue para fins comparativos a movimentação em 31 de dezembro de 2021:

	<b>Consolidado</b>			<b>Total</b>
	<b>Até um ano</b>	<b>De um a três anos</b>	<b>Mais de três anos</b>	
Empréstimos e financiamentos	47.434	32.194	-	<b>79.628</b>
Fornecedores	16.874	-	-	<b>16.874</b>
Contratos de arrendamento	10.662	15.354	-	<b>26.016</b>
Partes relacionadas	39.579	11.253	-	<b>50.832</b>
Obrigações na aquisição de investimentos	11.627	15.391	43.494	<b>70.512</b>
	<b>153.196</b>	<b>908.904</b>	<b>43.494</b>	<b>256.632</b>

### **Análise de Sensibilidade**

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade para os riscos de câmbio e de taxa de juros, considerando o fechamento em 31 de dezembro de 2022. Esta análise considera o cenário provável conforme avaliação da Administração da Companhia.

As premissas utilizadas para o cenário provável determinado pela Administração tiveram por base, informações disponíveis no mercado tais como: Dólar 5,25 (relatório Focus de 27/03/2023) e CDI 12,75% (BM&F).

		<u>31/12/2023</u>	<u>Efeito no PL em 31/12/2023</u>
Financiamento BNDES	US\$	48.671	(301)
Obrigações na aquisição de investimento	CDI	59.682	(11.330)
	US\$	5,2177	5,2500
	CDI	13,65%	12,75%

## 25 Transações que não afetaram caixa

As transações abaixo não tiveram impacto no caixa da Companhia e/ou suas investidas:

<u>Atividades de investimentos</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aquisição imobilizado	242	-	262	336
Aquisição imobilizado a prazo	-	(6.520)	(387)	6
Imobilizado pago período anterior	-	-	-	-
Aquisição intangível	-	-	-	-
Aquisição intangível a prazo	-	-	(499)	(795)
Intangível pago período anterior	-	-	794	524
	<u>242</u>	<u>(6.520)</u>	<u>170</u>	<u>71</u>
	<u>-</u>	<u>(6.520)</u>	<u>(886)</u>	<u>(789)</u>
<u>Atividades de financiamentos</u>				
Aumento de capital	-	-	10.000	-
Partes relacionadas	6.302	16.737	4.715	7.863
	<u>6.302</u>	<u>16.737</u>	<u>14.715</u>	<u>7.863</u>
	<u>-</u>	<u>10.217</u>	<u>13.829</u>	<u>7.074</u>
<b>Total de transações não envolvendo caixa</b>	<b><u>6.302</u></b>	<b><u>10.217</u></b>	<b><u>13.829</u></b>	<b><u>7.074</u></b>

## 26 Seguros

A Companhia e suas subsidiárias possuem diversas apólices de seguro com objetivo de proteger sua operação e seus ativos. Nas atividades de navegação, as subsidiárias ABN e CNA contratam seguros de suas embarcações (seguros de casco), além de coberturas de proteção e indenização (P&I).

As principais coberturas existentes em 31 de dezembro de 2022 são:

### Seguro de Casco

- CNA: Cobertura total de R\$ 131 milhões.
- ABN: Cobertura total de US\$ 20,8 milhões.
- MLog: Cobertura total de US\$ 30,01 milhões.
- MOPI: Cobertura total de R\$ 236 milhões.

### Seguro de Proteção e Indenização (P&I)

- CNA: Cobertura limitada a US\$ 8,2 bilhões por evento e ocorrência.
- ABN: Limite Máximo de Indenização. Limite do Grupo Internacional de P&I –US\$ 8,2 bilhões.

Foi renovado em 04/07/2022, com vigência até 04/07/2023, o seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O), da controladora e suas subsidiárias, no valor segurado de até R\$ 50 milhões.

Foi renovado em 31/08/2022, com vigência até 31/08/2023, o seguro de riscos nomeados da controladora e sua subsidiária Morro do Pilar Minerais S.A., no valor segurado de até R\$ 250 milhões.

## 27 Despesas com Pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração e encargos	(5.028)	(5.123)	(12.576)	(10.815)
Encargos previdenciários	(1.257)	(1.260)	(4.228)	(3.008)
Benefícios	(1.075)	(796)	(3.469)	(2.873)
Outros	-	-	(33)	(40)
	<b>(7.360)</b>	<b>(7.179)</b>	<b>(20.306)</b>	<b>(16.736)</b>

## 28 Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Reversão (constituição) de provisões <sup>1</sup>	(46.932)	(2.405)	(48.536)	(3.925)
Acordo judicial <sup>2</sup>	(52)	(503)	(52)	(503)
Remissão de dívidas	2.104	26.997	2.104	26.997
Ajuste de contraprestação contingente Libra	-	(42)	-	(42)
Baixa de investimento e imobilizado	-	(4)	-	(4.155)
Ressarcimentos de seguros	499	178	499	226
Outros	-	-	4.121	(282)
	<b>(44.381)</b>	<b>24.221</b>	<b>(41.864)</b>	<b>18.316</b>

<sup>1</sup> Em 2022 inclui a provisão dos valores de juros e atualização monetária da dívida do acionista Maverick Holding (Nota Explicativa nº 1).

<sup>2</sup> O valor de R\$ 21.413 em 31 de dezembro de 2022 é referente ao acordo com a empresa Boa Sorte Ltda (conforme Nota Explicativa 19) e R\$ 52 são outros acordos firmados com terceiros.

## 29 Informações por Segmento de Negócios

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A MLog utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e produtos e são administradas separadamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis.

- **Mineração**

Abrange as atividades pré-operacionais de mineração de minério de ferro em Minas Gerais consolidando todas as operações relacionadas aos estudos e pesquisas dos trabalhos necessários para protocolo da Licença de Instalação (“LI”) e implantação do Projeto Morro do Pilar (“Projeto MOPI”).

As subsidiárias Dutovias do Brasil S.A, Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba possuem escopo relacionado ao segmento de logística, ligado à mineração, estando ambas em estágio pré-operacional.



● **Navegação**

O segmento de navegação, consolida as operações da Companhia (afretamento a casco nu dos navios AHTS que a Companhia é proprietária) e de suas controladas Asgaard Bourbon (apoio offshore na região sudeste) a qual a Companhia detém 50% do capital e CNA, (navegação interna na região norte) a qual a Companhia detém 100% do capital

A Asgaard Bourbon opera no setor de apoio marítimo desde março de 2016, inicialmente prestando serviço com embarcação OSRV Asgaard Sophia à Petrobras e atualmente com uma frota de 5 navios operando com a Petrobras, sendo o OSRV Asgaard Sophia, os navios tipo AHTS Geonísio Barroso, Haroldo Ramos e Yvan Barreto e o navio tipo WSSV Stim Star Arabian Gulf.

A CNA transporta óleo e derivados na região Norte do Brasil, operando seus ativos em níveis próximos ao limite dadas as condições regionais atuais, tanto climáticas quanto de infraestrutura de armazenagem. A CNA detém uma frota de balsas e empurradores, que somada a ativos afretados compõe a frota disponível para suas operações.

**Demonstração do resultado - Segmentos  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais**

	<b>Mineração</b>	<b>Navegação</b>	<b>Consolidado</b>
Receita líquida de prestação de serviços	-	235.259	235.259
Custos dos serviços prestados	-	(228.009)	(228.009)
<b>Resultado bruto</b>	<b>-</b>	<b>7.250</b>	<b>7.250</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Com pessoal	(9.659)	(10.647)	(20.306)
Serviços prestados	(3.762)	(1.073)	(4.835)
Gerais e administrativas	(968)	(5.636)	(6.604)
Depreciação e amortização	(366)	(46)	(412)
Tributárias	(175)	(1.827)	(2.002)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>			
Subvenção de AFRMM	-	14.252	14.252
Reversão ao valor recuperável de ativos	-	2.888	2.888
Outras receitas (despesas) operacionais	(41.170)	5.306	(41.864)
	<b>(62.100)</b>	<b>(3.217)</b>	<b>(58.883)</b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(108.958)</b>	<b>10.647</b>	<b>(51.633)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	5.561	4.112	9.673
Despesas financeiras	(10.235)	(21.635)	(31.870)
	<b>(4.674)</b>	<b>(17.523)</b>	<b>(22.197)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(66.774)</b>	<b>(7.056)</b>	<b>(73.830)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Correntes	-	(752)	(752)
Diferidos	-	317	317
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(66.774)</b>	<b>(7.491)</b>	<b>(72.265)</b>

**MLog S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas*  
em 31 de dezembro de 2022

**Demonstração do resultado - Segmentos**  
em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais

	<u>Mineração</u>	<u>Navegação</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida de prestação de serviços	-	109.806	109.806
Custos dos serviços prestados	-	(103.875)	(103.875)
<b>Resultado bruto</b>	<b>-</b>	<b>5.931</b>	<b>5.931</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Com pessoal	(9.258)	(7.478)	(16.736)
Serviços prestados	(3.453)	(869)	(4.322)
Gerais e administrativas	(797)	(4.918)	(5.715)
Depreciação e amortização	(287)	(116)	(403)
Tributárias	(1.536)	(812)	(2.348)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>			
Subvenção de AFRMM	-	11.958	11.958
Redução ao valor recuperável de ativos		(8.142)	(8.142)
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.622)	21.938	18.316
	<b>(18.953)</b>	<b>11.561</b>	<b>(7.392)</b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(18.953)</b>	<b>17.492</b>	<b>(1.461)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	24.079	2.412	26.491
Despesas financeiras	(5.235)	(19.800)	(25.035)
	<b>18.844</b>	<b>(17.388)</b>	<b>1.456</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(109)</b>	<b>104</b>	<b>(5)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Correntes	-	(21)	(21)
Diferidos	-	(2.453)	(2.453)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(109)</b>	<b>(2.370)</b>	<b>(2.479)</b>

**MLog S.A.**  
demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
em 31 de dezembro de 2022

**Ativos e passivos**  
**Demonstrações por segmento em 31 de dezembro de 2022**  
**Em milhares de reais**

	<u>Corporativo</u>	<u>Mineração</u>	<u>Navegação</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Ativos</b>				
AFRMM	-	-	10.518	10.518
Direitos na transação negocial	-	-	78	78
Partes relacionadas	1.526	-	19	1.545
Imobilizado	-	30.619	270.203	300.822
Intangível	135	769.096	65.771	835.002
Outros	1.276	17	64.512	65.805
	<u><b>2.937</b></u>	<u><b>799.732</b></u>	<u><b>411.011</b></u>	<u><b>1.213.770</b></u>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	402	71	33.678	34.151
Empréstimos e Financiamentos	-	-	74.342	74.342
Partes relacionadas	41.223	-	242	41.465
Provisões	-	7.665	1.507	9.172
Obrigações na aquisição de investimentos	-	-	59.682	59.682
AFRMM	-	-	189.792	189.792
Outros	13.015	15.134	65.347	93.496
	<u><b>54.640</b></u>	<u><b>22.870</b></u>	<u><b>424.590</b></u>	<u><b>502.100</b></u>

**Ativos e passivos**  
**Demonstrações por segmento em 31 de dezembro de 2021**  
**Em milhares de reais**

	<u>Corporativo</u>	<u>Mineração</u>	<u>Navegação</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Ativos</b>				
AFRMM	-	-	9.726	9.726
Direitos na transação negocial	-	-	933	933
Partes relacionadas	99.271	-	400	99.671
Imobilizado	-	30.729	293.619	324.348
Intangível	-	744.352	65.954	810.306
Outros	1.646	995	37.384	40.025
	<u><b>100.917</b></u>	<u><b>776.076</b></u>	<u><b>408.016</b></u>	<u><b>1.285.009</b></u>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	448	233	16.193	16.874
Empréstimos e Financiamentos	-	-	79.628	79.628
Partes relacionadas	39.579	-	11.253	50.832
Provisões	-	6.802	1.484	8.286
Obrigações na aquisição de investimentos	-	-	70.512	70.512
AFRMM	-	-	181.411	181.411
Outros	760	593	52.716	54.069
	<u><b>40.787</b></u>	<u><b>7.628</b></u>	<u><b>413.197</b></u>	<u><b>461.612</b></u>

## 30 Eventos Subsequentes

- Em 01 de Janeiro de 2023 a Companhia criou, em conjunto com sua controlada NSN, uma Sociedade em Conta de Participação – SCP a qual a Companhia é a sócia ostensiva (e sua controlada a NSN é a sócia participante). A Companhia aportou na SCP a sua participação de 50% na ABN, a sua participação de 100% na CNA e os três barcos do tipo AHTS que possui, no entanto sem transferência de propriedade destes ativos.
- Em 16 de janeiro de 2023 a controlada NSN obteve, junto à CVM, seu registro de Companhia de Capital Aberto “tipo B”, resultado da solicitação feita em 18 de outubro de 2022.
- Em 31 de janeiro de 2023, foi assinado um aditivo ao instrumento de transação e outras avenças com a empresa Boa Sorte Ltda repactuando a dívida da Companhia. O valor atualizado do acordo ficou em R\$ 22.202 que serão pagas em 46 parcelas.
- Em fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, nos termos do julgamento, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou e, desta forma, havendo alteração, a decisão anterior pode deixar de produzir efeitos. Tal precedente não traz consequências imediatas e relevantes para a Companhia e suas controladas, dado que não se utilizou de decisão transitada em julgado para deixar de recolher tributos de forma continuada.
- Em 06 de fevereiro de 2023, foi proferida sentença julgando o processo extinto ajuizado pela MLog em face de Maverick Holding S.A. e Patricia Coelho em virtude do descumprimento da obrigação de integralização das ações de emissão da MLog subscritas pela Maverick Holding S.A. em operação de aumento de capital, tendo a Patricia Coelho como fiadora, Em que pese o deferimento das consultas ao Bacenjud, Infojud e Renajud, em razão da existência de cláusula arbitral no Estatuto Social da MLog, com condenação de honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da causa. A MLog apresentou embargos de declaração, o qual teve o seu provimento negado por não ter sido considerada a via adequada para tal. A Companhia apresentará recurso para dar seguimento ao processo.
- Em 10.02.2023, a ABN apresentou as alegações iniciais sobre o procedimento arbitral instaurado pela ABN em face da Petrobras, em razão da não entrega da embarcação BE 808 no prazo acordado contratualmente, tendo em vista a impossibilidade de acordo com a Petrobras
- Em 23 de março de 2023, foi proferida decisão final sobre o processo administrativo do ICMBIO decidindo a improcedência do recurso apresentado, com a manutenção da multa originariamente aplicada no valor histórico de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). A Companhia poderá realizar o pagamento ou propor ação judicial em face da decisão administrativa.

\*\*\*\*

**Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda**

Diretor Presidente

**Antônio Frias Oliva Neto**

Diretor Financeiro

**Yury Gazen Dimas**

Contador - CRC RJ 131582/O-3

**Certificado de Conclusão**

Identificação de envelope: C183DB1F2E2547FEB1AFA9760EEDA4AA

Status: Concluído

Assunto: Relatório do auditor e DF MLog Dez22

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 84

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Viviane Sperendio Camacho

Assinatura guiada: Ativado

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

São Paulo, SP 05001-100

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

viviane.camacho@pwc.com

Endereço IP: 201.56.5.228

**Rastreamento de registros**

Status: Original

Portador: Viviane Sperendio Camacho

Local: DocuSign

31 de março de 2023 | 20:00

viviane.camacho@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

31 de março de 2023 | 20:15

BR\_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

**Eventos do signatário**

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira

anibal.oliveira@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

**Assinatura**

DocuSigned by:



608F93319949483...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.159.50

**Registro de hora e data**

Enviado: 31 de março de 2023 | 20:02

Visualizado: 31 de março de 2023 | 20:03

Assinado: 31 de março de 2023 | 20:15

**Detalhes do provedor de assinatura:**

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Não disponível através da DocuSign

**Eventos do signatário presencial****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

Viviane Sperendio Camacho

**Copiado**

Enviado: 31 de março de 2023 | 20:15

viviane.camacho@pwc.com

Visualizado: 31 de março de 2023 | 20:15

Manager

Assinado: 31 de março de 2023 | 20:15

PwC Brasil

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Não disponível através da DocuSign

**Eventos com testemunhas****Assinatura****Registro de hora e data**

<b>Eventos do tabelião</b>	<b>Assinatura</b>	<b>Registro de hora e data</b>
----------------------------	-------------------	--------------------------------

<b>Eventos de resumo do envelope</b>	<b>Status</b>	<b>Carimbo de data/hora</b>
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	31 de março de 2023   20:02
Entrega certificada	Segurança verificada	31 de março de 2023   20:03
Assinatura concluída	Segurança verificada	31 de março de 2023   20:15
Concluído	Segurança verificada	31 de março de 2023   20:15

<b>Eventos de pagamento</b>	<b>Status</b>	<b>Carimbo de data/hora</b>
-----------------------------	---------------	-----------------------------